

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

THAÍS LOBRIGATE PINTO

ASPECTOS DA TERMINOLOGIA DA ECONOMIA INTERNACIONAL

SÃO PAULO
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

ASPECTOS DA TERMINOLOGIA DA ECONOMIA INTERNACIONAL

Thaís Lobrigate Pinto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Profa. Dra. Ieda Maria Alves

SÃO PAULO
2010

DEDICATÓRIA

Ao meu pequeno príncipe, Alfredinho,
que faz a vida valer a pena.

À minha amada e saudosa avó Helena,
que tanto sofreu e lutou, mas sempre nos ofereceu
o que a vida tem de melhor: muito amor, o que nunca acabará em nossos corações.

Aos meus pais, que, com certeza, também veem neste trabalho um sonho realizado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as bênçãos que tem me dado, inclusive esta, pois, por muitas vezes, pensei que não conseguiria.

Ao meu filho, Alfredo, pela alegria que tem me proporcionado, pelo seu sorriso empolgante que, em momentos de dor, tem me dado força e ânimo e pela compreensão nas longas horas que não pude ficar com ele para execução desta pesquisa.

Aos meus pais, Sonia e Elias, por tudo o que têm feito para mim, sobretudo, pelo amor, o estímulo, a dedicação e o constante apoio em todos os aspectos e fases de minha vida.

Ao meu marido, Rafael, pelo companheirismo, o incentivo, a paciência, a compreensão e a imensa colaboração em todas as situações – profissionais, acadêmicas e pessoais.

Às minhas irmãs, Nádia e Karen, pela amizade, o afeto, a disposição em ajudar sempre que precisei e pelos momentos compartilhados.

Aos meus sogros, Eunice e Luís, pelo desvelo filial e a constante compreensão.

Às minhas cunhadas, Drielly e Bianca, pelo grande apreço.

Em especial, à minha mãe e minha sogra, por terem se revezado nos prestimosos cuidados com meu filho, para que eu pudesse me dedicar ao trabalho e aos estudos.

À cara Professora Ieda, pela compreensão, a paciência, a generosidade, o carinho, a amizade, a atenção a mim dispensada e o apoio constante, sem os quais este trabalho não existiria. Além disso, a ela, minha orientadora desde o início da Iniciação Científica, devo agradecer pela formação e o interesse em Terminologia. Desde já, vale ressaltar que, se o trabalho aqui apresentado não tem uma qualidade melhor, a responsabilidade é totalmente minha, pois a Professora Ieda sempre revelou-se amiga e companheira durante todo o processo, oferecendo suporte e contribuição.

Às professoras da Banca do Exame de Qualificação, Maria Aparecida Barbosa e Mariângela Araújo, por todos os preciosos comentários e importantes sugestões. Além disso, à primeira, devo agradecer também pelas enriquecedoras aulas na Pós-Graduação e, à segunda, por ter acompanhado o meu percurso e ter deixado um brilhante exemplo de pesquisadora.

Aos colegas do Projeto TermNeo que têm passado por minha trajetória desde o princípio da Iniciação Científica, em especial ao Bruno Maroneze, pela amizade e todo o auxílio.

À querida Paula Held, pela amizade, a incomensurável ajuda e todas as valiosas orientações.

Enfim, a todos aqueles que têm feito parte de minha vida e têm colaborado para o alcance desta conquista.

RESUMO

A presente dissertação pretende analisar a terminologia da Economia Internacional, mais especificamente, estudar sua constituição morfológica e a presença de relações sinonímicas. Para tanto, além de um embasamento teórico inicial referente à Terminologia, aos processos de formação de palavras e às relações sinonímicas, foi necessária a elaboração de um *corpus* de análise, formado por termos coletados de livros utilizados na disciplina de Economia Internacional da FEA-USP. Em seguida, realizou-se a análise dos processos de formação morfológica das unidades terminológicas coletadas. Conforme foi possível perceber, num domínio especializado, o falante utiliza os mesmos recursos oferecidos pelo sistema para nomear a realidade. Entretanto, alguns processos, como a formação sintagmática, destacam-se pela produtividade. De fato, este estudo demonstra que o processo de formação sintagmática é extremamente fecundo na terminologia da Economia Internacional. Ademais, observou-se também a presença de relações sinonímicas entre os termos e verificamos que esta é bastante recorrente e expressiva. Com isso, comprova-se a existência da sinonímia no léxico especializado, o que era negado pelos adeptos da Terminologia tradicional. Com base na análise dos dados e nas reflexões teóricas apontadas, é possível demonstrar que as palavras de âmbito especializado funcionam como as demais palavras do léxico da língua.

Palavras-chave: Economia Internacional; Terminologia; termos; processos de formação de palavra; relações sinonímicas.

ABSTRACT

The present dissertation aims to analyze the terminology of International Economics, more precisely, to study its morphological constitution as well as the presence of synonymous relationships. In order to do so, besides an initial theoretical grounding relating to Terminology, to the word formation processes and to the synonymous relationships, it was necessary the elaboration of a corpus of analysis, which was composed of terms collected from books used in the subject of International Economics at FEA-USP. Subsequently, an analysis of the morphological formation processes of the collected terminological units was carried out. As it has been possible to notice, in a specialized domain, the speaker uses the same resources as in the general language to name the reality. Nevertheless, some processes, such as the syntagmatic formation, stand out because of their productivity. Indeed, this study shows that the process of syntagmatic formation is extremely prolific in the terminology of International Economics. Furthermore, the presence of synonymous relationships was also observed and we have confirmed that synonymy is remarkably common and expressive in terminology, which was denied by the former adepts of traditional Terminology. Finally, based on the analysis of the data and on the theoretical reflections, it has been possible to demonstrate that the terms of specialty areas work in the same way as the other words of the lexicon of a given language.

Key-words: International Economics; Terminology; terms; word formation processes; synonymous relationships.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Tema.....	11
1.1.1	<i>Economia Internacional.....</i>	<i>11</i>
1.1.2	<i>Interesse do Tema.....</i>	<i>13</i>
1.2	Objetivos.....	14
1.3	Metodologia e <i>Corpus</i>.....	15
1.4	Organização da Dissertação.....	16
2	A TERMINOLOGIA.....	18
2.1	Conceito de Terminologia.....	18
2.2	Percurso Histórico.....	19
2.3	Correntes Teóricas.....	21
2.3.1	<i>Teoria Geral da Terminologia (TGT) – Eugen Wüster.....</i>	<i>22</i>
2.3.2	<i>Socioterminologia – François Gaudin.....</i>	<i>23</i>
2.3.3	<i>Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) – Maria Teresa Cabré.....</i>	<i>25</i>
2.3.4	<i>Terminologia Sociocognitiva – Rita Temmerman.....</i>	<i>27</i>
3	PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS.....	28
3.1	Neologia Fonológica.....	28
3.2	Neologia Sintática.....	29
3.2.1	<i>Derivação.....</i>	<i>29</i>
3.2.1.1	<i><u>Derivação Prefixal</u>.....</i>	<i>29</i>
3.2.1.2	<i><u>Derivação Sufixal</u>.....</i>	<i>30</i>
3.2.1.3	<i><u>Derivação Parassintética</u>.....</i>	<i>30</i>
3.2.2	<i>Composição.....</i>	<i>31</i>
3.2.2.1	<i><u>Composição Subordinativa</u>.....</i>	<i>31</i>
3.2.2.2	<i><u>Composição Coordenativa</u>.....</i>	<i>31</i>
3.2.3	<i>Formação Sintagmática.....</i>	<i>32</i>
3.2.4	<i>Composição por Siglas ou Acronímica.....</i>	<i>33</i>
3.3	Empréstimo/ Estrangeirismo.....	34
3.4	Neologismo Semântico.....	36
3.5	Outros Processos.....	37

3.5.1	<i>Truncação</i>	37
3.5.2	<i>Conversão ou Derivação Imprópria</i>	37
3.5.3	<i>Palavra-Valise</i>	37
3.5.4	<i>Reduplicação</i>	38
3.5.5	<i>Derivação Regressiva</i>	38
4	AS RELAÇÕES SINONÍMICAS	39
4.1	Sinonímia	39
4.2	Parassinonímia	40
4.3	Quase-sinonímia	41
4.4	As Relações Sinonímicas no âmbito da Terminologia	42
5	ANÁLISE: AS FORMAÇÕES NA TERMINOLOGIA DA ECONOMIA INTERNACIONAL	44
5.1	Formação Sintagmática	45
5.1.1	<i>s + adj</i>	46
5.1.1.1	<i>s (estrangeirismo) + adj</i>	51
5.1.1.2	<i>s + adj (estrangeirismo)</i>	51
5.1.2	<i>s + SP</i>	52
5.1.2.1	<i>s + SP (estrangeirismo)</i>	53
5.1.3	<i>s + SP (s + adj)</i>	54
5.1.4	<i>s + adj + SP</i>	55
5.1.5	<i>s + adj + adj</i>	55
5.1.6	<i>s + SP (s + SP)</i>	56
5.1.7	<i>s + adj + SP (s + adj)</i>	56
5.1.8	<i>adj + s</i>	57
5.1.8.1	<i>adj + s (estrangeirismo)</i>	57
5.1.9	<i>s + SP (adj + s)</i>	57
5.1.10	<i>s + SP (num + s)</i>	57
5.1.11	<i>s + adj + SP (s + SP)</i>	58
5.1.12	<i>s + SP (s + adj + SP)</i>	58
5.1.13	<i>s + SP [s + SP (adj + s)]</i>	58
5.1.14	<i>s + s + adj</i>	58
5.1.15	<i>s + adj + adj + SP</i>	58
5.1.16	<i>s + adj + SP (s + conj + s)</i>	59

5.1.17	<i>s + SP [s + adj (estrangeirismo)]</i>	59
5.1.18	<i>s (estrangeirismo) + adj + conj + adj</i>	59
5.1.19	<i>s + s + SP</i>	59
5.1.20	<i>s + SP (s + adj + adj)</i>	59
5.1.21	<i>s + SP (s + conj + s + adj)</i>	59
5.1.22	<i>s + SP [adj + s + SP (s + SP)]</i>	60
5.1.23	<i>s + SP [s + SP (s + adj)]</i>	60
5.1.24	<i>s + SP (s + s + conj + s + adj)</i>	60
5.2	Estrangeirismo	60
5.2.1	<i>Origem Inglesa</i>	60
5.2.2	<i>Origem Francesa</i>	64
5.3	Formação Acronímica	64
5.4	Composição por Subordinação	66
5.4.1	<i>s + s</i>	66
5.5	Derivação Sufixal	66
5.5.1	<i>s + -ismo</i>	66
5.5.2	<i>v + -agem</i>	66
5.5.3	<i>v + -ção</i>	67
5.5.4	<i>v + -nte</i>	67
5.6	Truncação	67
5.7	Derivação Prefixal	67
5.7.1	<i>des- + s</i>	67
5.7.2	<i>multi- + s</i>	67
5.8	Neologismo Semântico	68
5.9	Decalque	68
5.10	Derivação Regressiva	68
6	AS RELAÇÕES SINONÍMICAS NA ECONOMIA INTERNACIONAL	69
6.1	Quase-Sinonímia entre Termos Simples	71
6.2	Quase-Sinonímia entre Termo Simples e Termo Sintagmático	72
6.3	Quase-Sinonímia entre Termos Sintagmáticos	73
6.4	Quase-Sinonímia entre Termo Sintagmático Vernáculo e Termo Acronímico Vernáculo	83

6.5	Quase-Sinonímia entre Termos Acronímicos Vernáculos.....	90
6.6	Quase-Sinonímia entre Termo Simples Vernáculo e Termo Sintagmático Estrangeiro.....	91
6.7	Quase-Sinonímia entre Termo Sintagmático Vernáculo e Termo Sintagmático Estrangeiro.....	91
6.8	Quase-Sinonímia entre Termo Sintagmático Vernáculo e Termo Acronímico Estrangeiro.....	95
6.9	Quase-Sinonímia entre Termo Acronímico Vernáculo e Termo Acronímico Estrangeiro.....	97
6.10	Quase-Sinonímia entre Termo Simples Estrangeiro e Termo Sintagmático Estrangeiro.....	97
6.11	Quase-Sinonímia entre Termos Sintagmáticos Estrangeiros.....	98
6.12	Quase-Sinonímia entre Termo Sintagmático Estrangeiro e Termo Acronímico Estrangeiro.....	99
6.13	Quase-Sinonímia entre Termos Acronímicos Estrangeiros.....	103
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
8	REFERÊNCIAS.....	108
8.1	Teorias Linguísticas.....	108
8.2	Obras Especializadas.....	111

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema

O presente trabalho está centrado no estudo da terminologia relativa à área da Economia Internacional, mais precisamente, na análise de sua constituição morfológica e na identificação da presença de relações sinonímicas. Dessa forma, nos ocuparemos do estudo dos processos de formação dos termos e da verificação de relações sinonímicas entre eles.

1.1.1 *Economia Internacional*

“A economia moderna não tem mais fronteiras. A partir de agora, ela só tem horizontes”
(André de Botton apud Maia, 2006, p. 19)

A Economia Internacional é a parte da Ciência Econômica que estuda todos os aspectos envolvidos no comércio e economia política exteriores. Assim, engloba assuntos como comércio internacional, direito internacional, organizações internacionais, blocos econômicos e mercados de câmbio.

O comércio internacional entre nações é bastante antigo. No entanto, com o fenômeno da globalização, cada vez mais a Economia Internacional exerce um notório papel no mundo contemporâneo. De fato, em virtude da globalização e do avanço das redes de informação e comunicação, a Economia Internacional tem se expandido significativamente a partir da segunda metade do século XX.

Convém lembrar que o processo da globalização tem origem nos fatos que sucederam à Segunda Guerra Mundial, como as rodadas de negociação multilaterais que levaram à redução das barreiras ao comércio internacional.

Além disso, com o término da Guerra Fria, mais de um terço da humanidade, que se encontrava separada do restante – os países socialistas, especialmente a União Soviética e a

China –, se reintegrou plenamente aos mercados capitalistas tanto de mercadorias quanto de capitais, propiciando também a expansão da Economia Internacional.

As barreiras comerciais menores e a liberalização financeira têm permitido que um número cada vez maior de companhias globalizem as estruturas de produção por meio de investimentos no estrangeiro, o que, por sua vez, tem proporcionado um estímulo adicional ao comércio.

De fato, existem vários fatores que marcaram de forma extraordinária o desenvolvimento da Economia Internacional, como, por exemplo, a Internet. No contexto da economia globalizada, com a disseminação das comunicações e o seu barateamento, o mundo todo se conectou, tornando-se uma aldeia global. E ainda, o progresso dos meios de transporte - tornando-os mais rápidos, seguros e econômicos - permitiu o desenvolvimento muito grande da Economia Internacional.

Podemos dizer que a Internet é o grande instrumento da globalização econômica. Com ela, a distância foi eliminada, já não há fronteiras: hoje, existem apenas uma economia e um mercado. Para se ter uma ideia, uma considerável porcentagem do mercado de ações é feito pela Internet. Através dela, o produtor pode entrar em contato direto com o consumidor e com os fornecedores, eliminando intermediários. Isso, além de reduzir custos, fez com que micro, pequeno e médio empresários assumissem papéis ativos no comércio internacional, negociando diretamente com outras empresas do exterior.

Hoje, como aponta Maia (2006) não só o comércio se tornou internacional. Também outros atos humanos, relacionados com a atividade econômica, não respeitaram as fronteiras nacionais, formando um conjunto de atividades que constituem a Economia Internacional.

Dessa forma, no mundo atual, nenhuma nação existe em isolamento econômico. Todos os aspectos da economia de um país – suas indústrias, setores de serviços, níveis de renda e emprego, padrão de vida – estão vinculados à economia de seus parceiros comerciais.

Embora a ideia de globalização envolva muitos aspectos, o mais notável diz respeito à crescente interdependência financeira, em escala planetária. Como vemos atualmente, a economia mundial está integrada, sendo que uma crise, por exemplo, em qualquer sistema financeiro atinge todos os mercados no mundo, a exemplo da recente crise econômica mundial desencadeada no final de outubro de 2008 nos Estados Unidos em decorrência da bolha proveniente das ações que seguiram o fatídico 11 de Setembro de 2001.

1.1.2 *Interesse do Tema*

O interesse por Economia Internacional é crescente nos dias atuais, especialmente porque, com a abertura econômica e a liberalização dos movimentos de capitais, não só o Brasil, mas todos os países expuseram-se, de forma dramática, a decisões tomadas por agentes econômicos do exterior. Além disso, como foi observado, a Economia Internacional é uma área em acelerado desenvolvimento no país e no mundo, visto que o processo de globalização incrementou e ampliou as transações comerciais.

Dessa forma, uma das razões que legitimam a relevância desta pesquisa está baseada nos progressos tecnológicos e no desenvolvimento econômico que acarretaram uma grande expansão da terminologia da Economia Internacional.

Outro fato que justifica a pesquisa em Terminologia refere-se ao acelerado avanço da ciência e da tecnologia que requer denominações novas para novas descobertas e invenções científicas, as quais se avolumam cada vez mais.

Como aponta Biderman (2001), o progresso das técnicas e ciências, as grandes mudanças sociais causadas pelo intercâmbio e integração frequentes e contínuas entre povos e culturas e a atuação intensa dos meios de comunicação de massa e das telecomunicações fazem com que o léxico esteja em constante crescimento.

De fato, a sociedade atual sofre acelerada produção de conhecimento, em decorrência das mais variadas inovações tecnológicas. Como argumentam Krieger e Finatto (2004), isso acarreta uma ampliação do contato com as terminologias uma vez que a composição dos novos termos adquire características distintas das apresentadas até então.

Logo, como defende Barros (2004, p. 27) a Terminologia, na qualidade de disciplina científica que estuda as chamadas línguas de especialidade e seu vocabulário, desempenha um papel fundamental nesse processo e, portanto, seus estudos têm-se desenvolvido de modo intenso nas últimas décadas, acompanhando o avanço técnico e científico.

Ademais, os discursos especializados, antes tomados como artificiais, no que diz respeito à sua constituição e à formação de seus termos, são tratados como parte dos discursos da língua comum, sendo, portanto, passíveis de todos os fenômenos a que esta está sujeita. Assim, estudar os aspectos morfológicos e a presença de relações sinonímicas da terminologia da Economia Internacional parece-nos pertinente. E ainda, podemos dizer que a sinonímia, por mostrar-se bastante recorrente em nosso *corpus*, merece uma análise mais detalhada.

Não podemos deixar de citar também, como parte desta justificativa, nosso percurso acadêmico. Na verdade, o impulso inicial para a realização desta pesquisa deu-se ainda na Iniciação Científica, em que trabalhamos com Economia e tivemos a oportunidade de delinear o tema da pesquisa do Mestrado. Convém lembrar ainda que nosso trabalho volta-se também à elaboração do *Dicionário Terminológico da Economia*, desenvolvido no âmbito do Projeto TermNeo, dando suporte à organização da subárea da Economia Internacional.

1.2 Objetivos

O objetivo principal deste trabalho é analisar a terminologia da Economia Internacional e observar seus aspectos morfológicos, bem como a existência de relações sinonímicas, com ênfase nos seguintes objetivos específicos:

- a) fazer um levantamento dos termos da Economia Internacional, utilizando como *corpus* de pesquisa livros e manuais utilizados na disciplina de Economia Internacional da FEA-USP;
- b) explicar os processos de formação de palavras;
- c) descrever todos os processos de formação morfológica dos termos nesta subárea, baseados no *corpus* de pesquisa;
- d) abordar o tratamento dado à sinonímia e à quase-sinonímia pelas principais correntes teóricas;
- e) analisar a presença de relações sinonímicas entre os termos.

Queremos também contribuir modestamente para o desenvolvimento dos estudos terminológicos e, em especial, cooperar com a Terminologia da Economia Internacional, haja vista ser uma área em acelerado desenvolvimento no Brasil e no mundo.

1.3 Metodologia e *Corpus*

O trabalho consistiu inicialmente no aprofundamento da leitura de textos teóricos sobre Terminologia, processos de formação de palavras e relações semânticas em discursos especializados, visto que já se conhecia um pouco sobre essa área.

Concomitantemente, verificamos alguns dos livros utilizados como bibliografia fundamental na disciplina de Economia Internacional da FEA-USP. Este *corpus* que serviu para a coleta de termos é composto pelos livros relacionados abaixo:

BIZELLI, J. S. e BARBOSA, R. *Noções básicas de importação*. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

CARBAUGH, R. *Economia Internacional*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CARVALHO, M. A. e SILVA, C. R. L. *Economia Internacional*. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

CAVES, R. E.; FRANKEL J. A. e JONES, R.W. *Economia Internacional: Comércio e Transações Globais*. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

GARCIA, L. M. *Exportar: rotinas e procedimentos, incentivo e formação de preços*. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

LIMA, M. L. *Instabilidade e Criatividade nos Mercados Financeiros Internacionais: Condições de Inserção dos Países do Grupo da América Latina*. São Paulo: Editora Bional, 1997.

MAIA, J. M. *Economia internacional e comércio exterior*. São Paulo: Atlas, 2006.

RATTI, B. *Comércio internacional e câmbio*. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

VAZQUEZ, J. L. *Comércio exterior brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2001.

Através da leitura das obras, demos continuidade ao trabalho com a coleta dos termos e a identificação dos termos que apresentação relação sinonímica entre si. Seguimos, então, com a transcrição dos termos em fichas terminológicas, conforme modelo adotado pelo Projeto TermNeo, totalizando o número de 510 termos.

Convém ressaltar que cada ficha terminológica, conforme exemplo abaixo, apresenta os seguintes dados: termo; variante(s); sigla ou forma abreviada; classe gramatical; contextos; referência; subárea; definição; observações linguísticas; observações complementares; notas; sinônimos; autor da ficha e data de registro.

The screenshot shows a Microsoft Access window titled 'Microsoft Access - [Tabela1]'. The interface includes a menu bar (Arquivo, Editar, Exibir, Inserir, Formatar, Registros, Ferramentas, Janela, Ajuda) and a toolbar. The main area displays a form for a terminology card. The fields are as follows:

Termo	hot money
Variante(s)	
Sigla ou forma abreviada	
Classe Gramatical:	sm
Contextos	
ctx	A [início do negrito] entrada e a saída de capitais [fim do negrito] deveriam ser totalmente livres. Os países poderiam fazer restrições somente à movimentação do
ref	(Meia, 2006, p. 145)
Subárea	Economia Internacional
Definição	
Observações Linguísticas:	estrangeirismo
Observações Compl.	origem inglesa
Notas	
Sinônimo(s)	capital de curto prazo, dinheiro de motel; capital volátil, dinhe
Autor da ficha	Thais
Data do registro	29/7/2008

At the bottom of the form, there are navigation controls for records (1 de 6) and (135 de 285). The status bar at the bottom indicates 'Modo formulário' and 'NUM'.

Figura 1 – ficha terminológica

Ao término da transcrição dos termos nas fichas terminológicas, passou-se então à descrição dos processos de formação morfológica dos termos nesta subárea, baseados no *corpus* de pesquisa. Por fim, analisamos a presença de relações sinonímicas entre os termos, bastante recorrente em nosso *corpus*.

1.4 Organização da Dissertação

A dissertação será composta de sete capítulos, incluindo este capítulo introdutório.

No capítulo 2, abordamos o conceito de Terminologia e fazemos um breve percurso histórico sobre a disciplina, passando por suas diferentes correntes teóricas.

Os próximos capítulos, 3 e 4, apresentam o embasamento teórico do trabalho. No terceiro capítulo, abordamos os processos de formação de palavras e termos e no quarto, a

temática das relações de significação em Terminologia, enfatizando as relações sinonímicas, por serem muito recorrentes.

Em seguida, o capítulo 5 expõe os resultados dos estudos morfológicos realizados, onde serão descritas as formações da terminologia da Economia Internacional. O sexto capítulo, por sua vez, será constituído por um estudo das relações sinonímicas encontradas entre os termos, propondo-se uma tipologia.

Para finalizar a monografia, um capítulo de Conclusão (capítulo 7).

2 A TERMINOLOGIA

Primeiramente, faz-se interessante e pertinente revisar a fundamentação teórica, os princípios da Terminologia, bem como as correntes teóricas adotadas por essa disciplina.

2.1 Conceito de Terminologia

Terminologia pode tanto referir-se ao conjunto das unidades lexicais típicas de uma área científica, técnica ou tecnológica, quanto ao campo de estudos. Para efeito de diferenciação, seguindo proposta de Rita Temmerman, o primeiro caso é geralmente grafado com *t* minúsculo, já para identificar o segundo caso, utiliza-se normalmente *T* maiúsculo.

Conforme Barros (2004, p. 34), em uma primeira acepção, o termo *terminologia* indicaria “o estudo científico dos conceitos e dos termos em uso nas línguas de especialidade” (ISO 1087, 1997 apud Barros, 2004, p. 34). Por outro lado, em uma segunda acepção, designaria o “conjunto de termos próprios de um domínio, de um grupo de pessoas ou de um indivíduo” (Boutin-Quesnel, 1985 apud Barros, 2004, p. 34). A autora lembra ainda que nesse último sentido, terminologia é também chamada *conjunto terminológico*.

Portanto, o termo *terminologia* é polissêmico e, segundo Cabré (1993, p. 82) designa pelo menos três conceitos (ou noções) diferentes:

Con la palabra terminologia se designan por lo menos tres conceptos diferentes:

- a) El conjunto de principios y de bases conceptuales que rigen el estudio de los términos.
 - b) El conjunto de directrices que se utilizan en el trabajo terminográfico.
 - c) El conjunto de términos de una determinada área de especialidad.
- (CABRÉ, 1993, p. 82)

Como disciplina, o objetivo de estudo primordial da Terminologia é o termo técnico-científico. O termo é uma unidade significativa (podendo ser simples ou complexa) que designa um conceito. Assim, o termo é uma unidade lexical utilizada em discursos especializados, que expressa um conceito.

2.2 Percurso Histórico

A Terminologia é tão antiga quanto a linguagem humana. (Barros, 2004, p. 28)

Como prática, referindo-se ao fazer de dicionários especializados, a Terminologia é bastante antiga, mas como disciplina, surgiu apenas no século XX, como veremos exposto mais adiante.

Na verdade, a prática terminológica data de séculos atrás, afinal, como explica Barros, desde os tempos mais remotos, o homem nomeia tudo o que o rodeia, como animais, plantas, instrumentos de trabalho, artefatos para a defesa pessoal, peças do vestuário, etc. Conforme enfatizado por Roundeau (apud Krieger e Finnato, 2004, p. 24), a longevidade da prática terminológica pode ser atestada pela terminologia dos filósofos gregos, a língua de negócios dos comerciantes cretas, os vocábulos especializados da arte militar, etc.

De fato, a terminologia, compreendida como o conjunto de termos de uma área de conhecimento, é inegavelmente antiga, uma vez que, como expõem Krieger e Finnato, o conhecimento especializado não é fenômeno dos tempos atuais.

A existência de dicionários temáticos monolíngues já é atestada desde 2600 a.C., feitos pelos Sumérios em forma de tijolos de argila. Outros exemplos referem-se a dicionários temáticos produzidos no Egito no fim do Médio Império faraônico (por volta de 1800 a.C.) e a glossários elaborados no primeiro século da era cristã pelo gramático Heradianus e pelo médico Heródoto, explicando os termos médicos utilizados pelo grego Hipócrates (entre os séculos 460-377 a.C.), pioneiro na descrição sistemática do corpo humano.

Além disso, desde a Antiguidade, em decorrência do contato entre povos, o homem sentiu a necessidade de compreender o universo nomeado por outras civilizações e começou, então, a compilar palavras, relacionar conteúdos e identificar equivalentes. Assim, conforme Barros, nasceram os dicionários bilíngues e obras símiles, nos quais os termos específicos de domínios especializados como a medicina, a arte marítima e o comércio, ocupam lugar de destaque.

No entanto, o homem não se limitou apenas à compilação dos termos, passando também a refletir sobre a linguagem, conforme enfatiza Barros. As primeiras reflexões filosóficas de que se tem notícia sobre o processo de denominação foram feitas por Platão (427-347 a.C.), em *Crátilo*, no qual o filósofo discutia a origem das palavras, a motivação ou

arbitrariedade e a justeza dos nomes. Dessa forma, *Crátulo* é apontado por Rey (1994, p. 11) como o primeiro texto em terminologia no mundo ocidental.

Já a ideia de uma disciplina separada que estude metodicamente o conjunto vocabular de uma área de especialidade, começou a se manifestar de modo mais claro após o Renascimento, e o uso de Terminologia como ciência que estuda o conjunto de termos de um campo do saber, só é atestado no século XVIII, como aponta Rey:

Whereas 'term' and its equivalents in other languages, is widely known, the notion of a 'science of terms' as distinct from a science of language, gained acceptance only in the second half of the eighteenth century. 'Terminologie' appears documented in German in the writings of a Professor of the Universities of Halle and Jena, Christian Gottfried Schütz (1747-1832); the adjective 'terminologisch' dates from 1788. (REY, 1994, p. 15).

Portanto, no século XVIII os contornos entre terminologia como conjunto de termos e Terminologia como disciplina de natureza linguística que estuda esse conjunto começaram a se delinear.

Entretanto, vale ressaltar que a maior contribuição da época não foi oriunda de linguistas, mas de estudiosos das Ciências Naturais, como Lavoisier em Química ou Lineu (1707-1778), que propôs um sistema universal de nomenclatura, dotando a Botânica e a Zoologia de regras precisas de criação de nomes científicos para designarem espécies da flora e da fauna do mundo todo, independentemente do idioma falado pelo cientista (Barros, 2004, p. 31).

Assim, o século XVIII é um período marcado pelo estabelecimento das nomenclaturas técnico-científicas, cunhadas com componentes do latim e do grego, e desenvolvidas particularmente no campo das ciências taxionômicas a exemplo da Botânica, Química entre outras. Com isso, nasceu uma forte identificação entre terminologia e nomenclatura.

Dessa forma, são estabelecidos padrões denominativos e de formação de termos para âmbitos de especialidades distintos, geralmente com a utilização de radicais greco-latinos, o que suscita um processo de particularização/ distanciamento das terminologias frente aos vocábulos da língua geral.

O século XIX também desempenhou um papel de destaque, sobretudo porque, a partir de então, a internacionalização das ciências é ponto forte para um maior desenvolvimento da Terminologia, o que faz com que cientistas preocupem-se com a univocidade da comunicação, daí acarretando uma prática de viés normativo.

De fato, como explica Cabré (1993, p. 31), nos séculos XVIII e XIX, os cientistas preocupam-se seriamente com a proliferação das denominações e sentem a necessidade de

ordená-las. Não os preocupa, pelo contrário, nem a natureza do conceito nem os fundamentos teóricos que regem a criação de novos termos.

Esse comportamento sistêmico passou a ser uma característica marcante das terminologias de então que se proliferaram. Conseqüentemente, no século XX, observaram-se um grande desenvolvimento e a decorrente consolidação de um campo de estudos dedicados à Terminologia.

Faz-se interessante ressaltar que, como disciplina, a Terminologia não começou com linguistas. A afirmação da Terminologia como disciplina científica que estuda os termos de uma área de especialidade se dá com Eugen Wüster (1898-1977), engenheiro austríaco que, nos anos de 1930, estabeleceu as bases da chamada Escola Terminológica de Viena e mais tarde elaborou sua Teoria Geral da Terminologia (TGT).

O desenvolvimento da informática propiciou, a partir dos anos de 1960, o nascimento de bancos de dados, que vêm proliferando em todo o mundo. Dessa forma, o avanço da tecnologia da informação facilitou de diversas maneiras a prática terminológica, que tem evoluído sobremaneira graças aos bancos de dados, *softwares* especializados, etc. E ainda, graças à Informática, têm sido criadas redes internacionais de cooperação em Terminologia. Com isso, tendo em vista esse grande desenvolvimento informacional, a Terminologia também tem sido infinitamente aprimorada.

Também a partir dos anos 1960, os linguistas foram entrando na Terminologia visto que o termo apresenta face linguística. Hoje, além de dedicar-se à elaboração de dicionários e glossários, a Terminologia acompanha a evolução dos estudos linguísticos.

Vale observar que, no Brasil, particularmente, os estudos terminológicos passaram a se desenvolver de modo mais efetivo a partir dos anos de 1980, especialmente com cientistas da linguagem da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Federal de Brasília (UnB) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Hoje, os estudos têm proliferado para outras conceituadas universidades brasileiras.

2.3 Correntes Teóricas

A seguir, serão sucintamente descritos os principais modelos teóricos que versam sobre a Terminologia, desde seus princípios com Eugen Wüster:

2.3.1 Teoria Geral da Terminologia (TGT) – Eugen Wüster

O engenheiro austríaco Eugen Wüster (1898-1977) é considerado o fundador da Terminologia moderna, uma vez que foi ele quem introduziu a disciplina na Universidade de Viena em 1972 e muito contribuiu para a consolidação da Terminologia como disciplina científica.

Segundo Wüster, a Terminologia se voltaria para a normalização dos termos de especialidades, com a finalidade de assegurar a univocidade da comunicação profissional. Ele considerava que a Terminologia deveria ser uma ferramenta de trabalho possibilitando a desambiguidade da comunicação técnica e científica.

Seus estudos, desenvolvidos com a preocupação de padronizar e normalizar o uso de termos técnico-científicos de modo a alcançar a univocidade comunicacional no plano internacional, deram origem à Teoria Geral da Terminologia (TGT), registrada em *Introdução à Teoria Geral da Terminologia e à Lexicografia Terminológica*, obra póstuma, publicada na Alemanha, em 1979, por seu discípulo Helmut Felber, que reuniu manuscritos e notas das aulas de Terminologia ministradas pelo mestre na Universidade de Viena entre 1972 e 1974.

Na verdade, os princípios da TGT fundamentaram-se na reflexão que ele realizou durante a sua tese de doutoramento, *Internationale Sprachnormung in der Technik, besonders in der Elektrotechnik* (A normalização internacional da terminologia técnica, especialmente na eletro-técnica), apresentada na Universidade de Viena em 1931 (Cabré, 1993, p. 22), e na elaboração do seu dicionário *The Machine Tool*, um dicionário bilíngue sobre a terminologia da máquina-ferramenta.

Para o estudioso, a Terminologia trata de uma disciplina autônoma e multidisciplinar, conforme explicam Krieger e Finnato (2004), situada na convergência da linguística, da lógica, da ontologia, das ciências da informação e das diferentes áreas do conhecimento científico. No entanto, embora Wüster tenha definido a Terminologia como um ramo da Linguística Aplicada, ele preocupou-se em assinalar as diferenças básicas entre a própria Linguística e o campo terminológico. Segundo o engenheiro, o objeto de estudo da Linguística seria a língua geral em todos os seus aspectos, enquanto que o objeto de estudo da Terminologia limitaria-se ao léxico especializado. Assim, Wüster desvincula a Terminologia da língua geral.

É importante ressaltar que Wüster concebia os termos como etiquetas para os conceitos científicos, atribuindo-lhes um caráter exclusivamente denominativo. Para o

engenheiro, cada termo deveria ser atribuído a um único conceito e vice-versa, garantindo, assim, a univocidade da comunicação profissional.

Como explicitam Krieger e Finatto (2004, p. 33), sob a ótica wüsteriana, os termos não eram vistos como elementos naturais das línguas naturais, mas como rótulos, criados com determinadas peculiaridades que permitem fugir das ambiguidades do léxico comum. Logo, as unidades lexicais especializadas não comportam diversidades conceituais, estando isentas de polissemia e sinonímia.

No entanto, os termos não estão totalmente livres de ambiguidade e também não podemos ignorar as funções pragmáticas dos diferentes discursos realizados. Além disso, a experiência tem mostrado que não há, de fato, conceitos que sejam aplicados às línguas de maneira universal, pois, cada idioma manifesta uma diferente visão de mundo. Assim, contrastada com a realidade, a teoria de Wüster apresenta um caráter idealista e reducionista.

É por isso que a TGT mostrou-se insuficiente. Mas, independentemente de críticas, a teoria wüsteriana tornou-se referência internacional, sendo unanimemente reconhecida sua contribuição à consolidação da Terminologia. Segundo Krieger e Finatto (2004), a TGT justifica seu papel de referência porque auxiliou a Terminologia a estabelecer-se como campo de conhecimento com fundamentos epistemológicos e objeto próprio de investigação.

Não podemos esquecer que, paralelamente aos trabalhos de Wüster, desenvolveram-se estudos terminológicos na ex-URSS, sendo Lotte (1898-1950) o principal expoente da linha soviética da Terminologia. Além disso, a então Checoslováquia também desenvolveu, na mesma época, importantes estudos nessa matéria. Conforme Krieger e Finatto (2004, p. 31), essas escolas apresentam algumas características comuns, enfatizando a valorização da dimensão cognitiva dos termos e o delineamento de diretrizes para a sistematização do trabalho terminológico, visando, com isso, a padronização dos termos técnicos.

2.3.2 Socioterminologia – François Gaudin

Com a expansão dos estudos terminológicos, alguns conceitos anteriormente estabelecidos passaram a ser revisitados. As situações concretas enfrentadas pelos terminólogos colocaram em cheque certos preceitos da TGT e provocaram uma evolução nas reflexões sobre o objeto de estudo, metodologia de análise e modelos da Terminologia. De modo geral, conforme argumentam Krieger e Finatto (2004, p. 34), as novas proposições

criticam o caráter prescritivo da TGT, que conduz ao apagamento dos aspectos comunicativos e pragmáticos que também envolvem o léxico temático.

Assim, o idealismo e reducionismo da TGT têm sido questionados por diversos grupos, especialmente a partir da última década do século XX, em decorrência do incremento de investigações terminológicas de base linguístico-comunicacional.

Anteriormente, ainda na década de 1980, Alain Rey trouxe à tona um pensamento pioneiro ao declarar que “na origem das reflexões sobre o nome e a denominação, base da terminologia, encontra-se toda a reflexão sobre a linguagem e o sentido” (Rey, 1979, p. 3 apud Krieger e Finatto, 2004, p. 34). Como elucidam as autoras, a particularidade desse pensamento inovador está não apenas na proposição de compreender a unidade terminológica à luz de um ponto de vista descritivo, mas também na ideia implícita de que tratar de terminologia técnico-científica é tratar de questões das línguas e não de um constructo formal idealizado a serviço de uma comunicação restrita ao âmbito de especialistas (Krieger e Finatto, 2004, p. 34).

Seguindo esse direcionamento inovador, “intensificaram-se os estudos fundamentados na complexidade que envolve o funcionamento das terminologias, tal como qualquer outra unidade da língua natural. Dentre esses, encontram-se as proposições em favor de uma socioterminologia”.

Na verdade, como explicita Faustich (1995), a denominação socioterminologia apareceu pela primeira vez em um artigo de 1981, escrito por Jean-Claude Boulanger e publicado nos números 7-8 de *Terminogramme* do OLF, publicação do Office de La langue française, Québec. A partir de então, vários linguistas passaram a defender a identificação e o estudo das variantes linguísticas dos termos, reconhecendo que as terminologias estão abertas à variação. Mas foi François Gaudin, na década de 1990, quem foi mais proeminente na defesa da terminologia voltada para o social, com sua tese de doutorado *Pour une socioterminologie – des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles*, publicada em livro em dezembro de 1993.

Uma de suas maiores críticas em relação à TGT refere-se à política normalizadora e ao fato de que as obras terminográficas elaboradas com base nessa teoria não expressam efetivamente a realidade dos usos terminológicos por não considerarem o contexto e a situação de produção do discurso especializado e não registrarem as variações denominativas e conceituais que os termos seguidamente comportam, sendo, portanto, ineficazes frente à necessidade de informação dos consulentes.

Portanto, Gaudin defende o exame do contexto de produção dos léxicos especializados e o reconhecimento da variação terminológica nas comunicações especializadas. Em decorrência, Gaudin postula a variação como o eixo central para o desenvolvimento da Socioterminologia. Assim, admitindo a variação terminológica, a Socioterminologia considera a existência da polissemia e da sinonímia.

De fato, a corrente socioterminológica vê as terminologias como parte integrante das línguas naturais, dessa forma, passíveis de todos os fenômenos a que estas estão sujeitas.

Portanto, diferentemente da TGT, a Socioterminologia é uma disciplina descritiva, que estuda o termo sob a perspectiva linguística na interação social, assim sendo, nos dizeres de Faustich (1995), “a pesquisa socioterminológica deve ter como auxiliar os princípios da Sociolinguística, tais como os critérios de variação linguística dos termos no meio social e a perspectiva de mudança”.

2.3.3 *Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) – Maria Teresa Cabré*

No mesmo panorama de questionamentos das proposições da TGT, destaca-se também a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), proposta por Maria Teresa Cabré, da Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona

Cabré aponta várias insuficiências da teoria wüsteriana:

la teoría da muestras de reduccionismo en diferentes aspectos de sus concepciones y de sus prácticas: la concepción global de la unidad terminológica a su condición denominativa, el olvido de los aspectos sintácticos de las unidades terminológicas, la ignorancia de los aspectos comunicativos de los términos, o la insistencia en negar la variación formal y conceptual de los términos. (CABRÉ, 1999, p. 69)

Então, elabora uma teoria baseada numa concepção comunicativa da disciplina terminológica. Ao contrário da TGT, que não considera variantes denominativas, a TCT leva em conta variações, que podem ocorrer em virtude de situações comunicativas dentro de uma mesma área de especialidade – afinal, de fato, há uma diversificação em função do grupo sócio-profissional, do emissor, dos destinatários, do nível de especialização, de finalidade, do tipo de situação, do discurso, etc. A autora propõe, então, o princípio da variação:

3. Principio sobre la variación

Todo proceso de comunicación comporta inherentemente variación, explicitada en formas alternativas de denominación del mismo concepto (sinonimia) o en apertura significativa de una misma forma (polisemia). Este

principio es universal para las unidades terminológicas, si bien admite diferentes grados según las condiciones de cada tipo de situación comunicativa. (CABRÉ, 1999, p. 85)

Além disso, a TCT está fundamentada na poliedricidade do termo, integrando ao mesmo tempo aspectos linguísticos, cognitivos e comunicativos. Afinal, como expõe a autora, toda unidade terminológica tem uma função comunicativa e todo processo de comunicação apresenta variações de sinonímia e polissemia. (Cabré, 1999, p.120)

Segundo Cabré, a proposta da TCT busca aproximar-se mais adequadamente das características das unidades terminológicas e explicar seus usos reais, diversos e funcionais (Cabré, 1999, p.106). Essa teoria comunicativa, que prega a variação terminológica em relação tanto ao conceito quanto ao termo, leva em conta a dimensão textual e discursiva dos termos. Seus principais aspectos, apontados por Cabré, estão sintetizados a seguir (Cabré, 1999, pp. 120-122):

- a TCT não concebe a terminologia como uma matéria autônoma; ao contrário, concebe-a com caráter interdisciplinar, que deve ser explicada dentro de uma teoria da linguagem que, por sua vez, insere-se na teoria da comunicação e do conhecimento. Essa teoria da linguagem inclui aspectos propriamente linguísticos, cognitivos e sociais;
- a TCT deve explicar a interdisciplinaridade das unidades terminológicas e dar conta da diversidade de visões que dela têm os diferentes especialistas implicados. Por isso concebe as unidades terminológicas como unidades poliédricas integradas pelos três aspectos disciplinares (linguísticos, cognitivos e sociais) que as descrevem;
- a TCT deve dar conta de como um conceito pode fazer parte da estrutura conceitual de distintas disciplinas, o que não desconsidera o fato de que um termo pode ser inicialmente empregado no âmbito de uma especialidade ou transferido de uma área de especialidade para outra ou ainda da língua geral para uma língua de especialidade;
- a TCT assume o caráter polissêmico dos termos, de modo que considera a possibilidade de divulgação de unidades especializadas em um determinado momento, de terminologização contínua de unidades da língua geral e ainda de entrada constante de termos de um âmbito de especialidade em outro âmbito (pluriterminologização);
- a TCT admite a sinonímia como um fenômeno real dentro da comunicação especializada;
- a TCT deve levar em conta que as unidades terminológicas processam-se de maneira natural no discurso e, conseqüentemente, apresentam uma projeção sintática que vai além dos limites denominativos e variam em função do discurso;

- a TCT contempla a variação do discurso e estabelece as variáveis que descrevem essa variação no âmbito da comunicação em geral e da comunicação especializada, em particular.

Assim, a TCT assume necessariamente a diversificação discursiva em função da temática, do tipo de emissor, dos destinatários, do nível de especialização, do grau de formalidade, do tipo de situação, da finalidade, do tipo de discurso, entre outras. Além disso, a unidade terminológica é estudada sob um ponto de vista descritivo, e não prescritivo, como na TGT.

2.3.4 *Terminologia Sociocognitiva – Rita Temmerman*

Mais recentemente, destaca-se Rita Temmerman, que, em seu livro *Towards New Ways of Terminology Description – the sociocognitive approach* (2000), critica ardorosamente o ideal de univocidade da Terminologia tradicional e sugere a Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST).

Segundo ela, tanto a Terminologia tradicional quanto o Estruturalismo Sassuariano ignoram parte da interação entre os elementos do triângulo semântico. Então, a autora busca na Semântica Cognitiva, Linguística Funcional e nos paradigmas da Hermenêutica uma alternativa para uma nova abordagem.

Sua concepção considera que a língua é um meio para categorização – afinal, o ser humano tem a habilidade de criar categorias em sua mente. Como sabemos, para a Terminologia tradicional, o mundo existe objetivamente e as coisas podem ser nomeadas com nomes-etiquetas. Por outro lado, a perspectiva sociocognitiva considera que a língua exerce um papel muito importante no entendimento do mundo. Além disso, esta perspectiva compreende os termos como elementos naturais das línguas naturais e, nos dizeres de Krieger e Finatto (2004, p. 36), “como unidades linguístico-pragmáticas que participam da constituição dos discursos científicos e técnicos”.

Em decorrência, a Terminologia Sociocognitiva considera como essenciais a polissemia e a sinonímia. A primeira seria uma consequência da evolução do significado, de movimentos metafóricos e da reflexão humana sobre o mundo e a segunda refletiria diferentes perspectivas.

3 PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS

A expansão do léxico de uma língua se opera através de processos de formação de palavras, que são definidos por Basílio (2004, p. 10) como “fórmulas padronizadas de construção de novas palavras a partir de material já existente no léxico”. Isso ocorre, segundo a autora, a fim de garantir a máxima eficiência de nosso sistema de comunicação, ou seja, a língua. Em suas palavras:

Sendo a língua um sistema de comunicação, a expansão do léxico não pode se resumir ao aumento do número de símbolos que todos teriam que decorar. Isso tornaria o sistema pouco eficiente pois sobrecarregaria a memória, além de impedir a comunicação automática, porque os novos símbolos teriam de ser explicados e decorados. (BASÍLIO, 2004, p. 10)

Em outras palavras, Cabré (1993, p. 194) argumenta que todo falante possui, em termos teóricos, uma série de regras de formação de palavras como parte do componente léxico de sua gramática, as quais, em conjunto, descrevem as possibilidades estruturais do sistema léxico de uma língua.

Devemos ressaltar que a formação dos termos nas línguas de especialidade seguem os mesmos processos da língua geral, embora algumas características sejam mais salientes, como veremos a seguir.

Abaixo, descrevemos os principais processos de formação lexical, seguindo a tipologia apresentada por Alves (2002). Vale lembrar que ao processo de criação lexical dá-se o nome de neologia.

3.1 Neologia Fonológica

Conforme apontado por Alves, este processo de formação neológica depende da “criação de um item léxico cujo significante seja totalmente inédito, isto é, tenha sido criado sem base em nenhuma palavra já existente” (Alves, 2002, p. 11).

É importante observar que, como salienta Guilbert (1972, p. 19), a criação integral de uma palavra simples, isto é, de uma substância fonológica inédita com significação inédita é extremamente rara.

3.2 Neologia Sintática

Segundo Guilbert (1972, p. 19) a neologia sintática engloba qualquer formação que se realiza através de uma combinação de elementos pré-existentes na língua.

Os neologismos sintáticos subdividem-se em *derivados*, *compostos*, *compostos sintagmáticos* e *compostos formados por siglas* ou *acronímicos* (conforme classificação apresentada por Alves, 2002). Explicaremos cada um no próximo item.

Como afirma Guilbert (1972, p. 19), a combinação dos elementos já existentes na língua apresenta-se em um aspecto lexical (base e afixo), mas também em um aspecto frásico. Assim, conforme Alves, tais formações são denominadas sintáticas pois “a combinação de seus membros constituintes não está circunscrita exclusivamente ao âmbito lexical (junção de um afixo a uma base), mas concerne também ao nível frásico: o acréscimo de sufixos pode alterar a classe gramatical da palavra-base; a composição tem caráter coordenativo e subordinativo; os integrantes da composição sintagmática e acronímica constituem componentes frásicos com o valor de uma unidade lexical” (Alves, 2002, p. 14).

3.2.1 Derivação

Basicamente, refere-se à colocação de afixos a uma base, e pode ser prefixal ou sufixal. Nas palavras de Kehdi (1999, p. 7), tem-se a derivação quando um vocábulo é formado de um só radical a que se anexam afixos (prefixos e sufixos).

3.2.1.1 Derivação Prefixal

Caracteriza-se pelo acréscimo de um prefixo a uma base, acrescentando-lhe um significado diferente. Seguimos aqui a definição proposta por Alves (2002, p. 15), em que prefixos são tratados como “partículas independentes ou não-independentes que, antepostas a uma palavra-base, atribuem-lhe uma ideia acessória e manifestam-se de maneira recorrente”. Vale observar que este é um processo bastante fecundo no português.

3.2.1.2 Derivação Sufixal

Caracteriza-se pela posposição de um afixo a uma palavra-base. De acordo com Alves (2002, p. 29) “por meio da derivação sufixal, o sufixo, elemento de caráter não-autônomo e recorrente, atribui à palavra-base a que se associa uma ideia acessória e, com frequência, altera-lhe a classe gramatical”.

3.2.1.3 Derivação Parassintética

Este mecanismo de criação de palavras caracteriza-se pela presença simultânea de prefixo e sufixo, unidos a uma base nominal. Em termos mais específicos: “damos o nome de derivação parassintética ao processo de formação de palavras que consiste na adição simultânea de prefixo e sufixo a uma base para a formação de uma palavra” (Basílio, 2005, p. 43).

É um processo pouco recorrente, pois, conforme salienta Basílio, “o que caracteriza a derivação parassintética não é a presença ou ocorrência simultânea de prefixo e sufixo junto à base, mas a estrutura de formação, que exige utilização simultânea de prefixo e sufixo no processo de formação” (2005, p. 44). Assim, nem todas as palavras que apresentam prefixo e sufixo em sua formação devem ser consideradas como de formação parassintética. Segundo ela, havendo a possibilidade de retirada de um dos afixos (tendo como resultado uma palavra da língua), a construção não pode ser considerada parassintética. Dessa forma, a autora explica que *desalmado* constitui uma formação parassintética uma vez que não temos em português *desalma* ou *almado*.

Resumidamente, nas palavras de Kehdi (1999, p. 17), a parassíntese, ou derivação parassintética, “consiste na adjunção simultânea de um prefixo e de um sufixo a um radical, de forma que a exclusão de um ou de outro resulta numa forma inaceitável na língua”.

3.2.2 *Composição*

De acordo com o exposto por Guilbert (1972, p. 20) e Alves (2002, p. 41), o processo da composição se opera pela justaposição de bases autônomas ou não-autônomas. Segundo Cabré (1993, p. 189), o processo de composição consiste na combinação de duas ou mais bases léxicas. E, para Kocourek (1991, p. 129), há composição se duas ou mais palavras (palavras constitutivas) se unem para formar uma unidade lexical graficamente contínua (uma palavra composta ou um composto).

As composições podem apresentar um caráter subordinativo ou coordenativo.

3.2.2.1 Composição Subordinativa

Segundo Alves (2002, p. 41), a relação subordinativa revela-se, geralmente, entre dois substantivos, em que o primeiro exerce o papel de determinado (elemento genérico) e o segundo, de determinante, o qual acresce uma especificação, característica da classe adjetival. Portanto, a subordinação lexical entre elementos compostos supõe uma relação de caráter determinado/ determinante ou determinante/ determinado entre dois componentes de uma unidade léxica.

Vale observar que, apesar de ser mais comumente formada por dois substantivos, a composição subordinativa pode ser também expressa por meio de formações substantivas nas quais o primeiro componente constitui uma base verbal, ao qual se subordina um outro, que desempenha a função sintática de objeto direto, como em *lava-louça* (Alves, 2002, p. 42).

3.2.2.2 Composição Coordenativa

De acordo com Alves (2002, p. 44), observa-se a composição coordenativa através da justaposição de substantivos, adjetivos ou membros de outra classe gramatical, os quais, justapostos e coordenados, não manifestam relação de subordinação do tipo determinado/ determinante.

A autora ressalta que este fenômeno processa-se sempre entre bases que possuem a mesma distribuição, como em outono-inverno, em que dois substantivos, justapostos e coordenados, formam um novo item léxico substantival.

3.2.3 Formação Sintagmática

Bastante frequentes nos vocabulários técnicos, os termos sintagmáticos são representados por segmentos de frase que se lexicalizam tornando-se, assim, uma nova unidade do léxico. Alves explica o processo de formação por composição sintagmática dizendo:

Processa-se a composição sintagmática quando os membros integrantes de um segmento frasal encontram-se numa íntima relação sintática, tanto morfológica quanto sintaticamente, de forma a constituírem uma unidade léxica. (ALVES, 2002, p. 50)

Segundo definição proposta por Cabré (1993, p. 189), a sintagmação, como recurso formal de obtenção de unidades léxicas, se baseia na formação de uma nova unidade a partir de uma combinação sintática hierarquizada de palavras. Como argumenta a autora, as novas unidades assim obtidas respeitam as regras combinatórias do sistema linguístico a que pertencem e incluem, muito frequentemente, conectores gramaticais.

Crítérios que, segundo Alves (2002, p. 51), revelam a lexicalização de um sintagma correspondem à frequência, à impossibilidade de inserção de outros termos e ao caráter fixo de seus membros integrante, a exemplo do sintagma *produção independente* (criança cuja mãe não depende da assistência paterna) é formado pela junção de *produção* e de *independente*, elementos não substituíveis.

Por serem, em geral, a combinação de itens léxicos já existentes na linguagem comum que formam uma nova unidade léxica para designar um conceito, os sintagmas lexicais nas linguagens técnico-científicas podem ser considerados um reflexo do caráter econômico da língua.

A formação sintagmática caracteriza também a expansão de um termo genérico a fim de obedecer às exigências de especialização nos diferentes domínios do mundo moderno. Por isso, os termos sintagmáticos, em geral, apresentam um significado transparente.

Ao falar sobre os possíveis problemas de segmentação dos termos sintagmáticos do domínio terminológico, Aubert (1996) enumera um conjunto de pistas para o reconhecimento da adequada delimitação dos termos. Segundo ele, tais pistas compreendem a observação de recursos gráficos, frequência estatística, características morfossintáticas e estratégias discursivas.

Kocourek (1991) também determina uma série de critérios de lexicalização que muito tem ajudado no trabalho do terminólogo. De acordo com ele, devemos considerar características fonéticas ou fonológicas, visto que, de certa maneira, ocorre uma desacentuação dos elementos constituintes.

Devemos também levar em conta o domínio da sintaxe, visto que os sintagmas lexicais apresentam uma extensão e uma possibilidade de variação mais limitada que os sintagmas livres, pois existem graus de coesão interna que devem ser obedecidos dentro de um sintagma.

Em relação aos critérios semânticos, o autor diz que devemos verificar a comutação de um termo sintagmático por uma unidade lexical simples (como “dólar paralelo” e “black”). Devemos também observar a *imprevisibilidade semântica*, que ocorre quando há um elemento metafórico no termo sintagmático (como em inflação rastejante) – neste caso, o sintagma tem maior chance de ser considerado lexicalizado.

Além disso, Kocourek refere-se também a critérios de uso e à existência de dicas textuais, como uma definição ou um elemento metalinguístico.

Assim, ao se considerar tais critérios de reconhecimento, possíveis dúvidas quanto à separação dos sintagmas livres e sintagmas lexicais e quanto à correta delimitação do sintagma como termo são mais facilmente resolvidas.

3.2.4 *Composição por Siglas ou Acrônímica*

Conforme Alves (2002, p. 56), a formação acronímica constitui um tipo especial de composição sintagmática, uma vez que se caracteriza pela redução do sintagma de forma a torná-lo mais simples, obedecendo, assim, à lei de economia discursiva.

A composição por siglas é geralmente formada pelas iniciais dos elementos componentes do sintagma. Pode também decorrer da união de algumas sílabas do conjunto

sintagmático, que formam uma unidade léxica facilmente pronunciável – neste caso, denominamos acrônimo.

Vale observar que as formações por siglas ou acrônimos distribuem-se entre a classe dos substantivos.

3.3 **Empréstimo/ Estrangeirismo**

Basicamente, o empréstimo linguístico representa o emprego de vocábulos provenientes de outras línguas que não a língua vernácula.

Trata-se de um fenômeno resultante do contato entre diferentes comunidades linguísticas. No mundo globalizado em que vivemos, o contato entre línguas é um fato incontornável e uma das consequências desse contato é o fenômeno de transferência de unidades lexicais de uma língua para outra.

De fato, o acervo do português não se enriquece apenas por processos vernáculos, mas também os empréstimos vão incorporando-se ao patrimônio lexical do português. Como afirma Alves (2002, p. 72), “o léxico de um idioma não se amplia exclusivamente por meio do acervo já existente: os contatos entre as comunidades linguísticas refletem-se lexicalmente e constituem uma forma de desenvolvimento do conjunto lexical de uma língua”.

De acordo com Alves (1995 e 2002), na língua comum, podemos verificar que o empréstimo reveste-se de três modalidades: apresenta-se, inicialmente, sob forma de estrangeirismo, sendo utilizado “para imprimir um certo exotismo, um pouco de cor local ao discurso do falante”. A autora expõe que, numa primeira etapa, o elemento estrangeiro empregado em outro sistema linguístico é sentido como externo ao vernáculo dessa língua, sendo então denominado estrangeirismo, o que reflete o fato de ainda não fazer parte do acervo lexical do idioma (2002, p. 72). A seguir, a fase neológica, segundo Alves, corresponde ao período em que o item léxico estrangeiro está se integrando à língua receptora, sendo que a implantação da unidade lexical torna-se frequente e, muitas vezes, esta sofre um processo de adaptação, seja ortográfica, fonológica, semântica ou de caráter morfológico. Por fim, o empréstimo propriamente dito constitui “a unidade lexical já difundida e incorporada ao acervo lexical do idioma” (1995).

Segundo Guilbert (1975), a adoção de um signo estrangeiro passa por etapas até que ele se integre definitivamente ao sistema linguístico ou seja rejeitado. Primeiramente, o autor

identifica os xenismos, (que, em português, são traduzidos como estrangeirismos), permanecendo sempre estrangeiros. A seguir, uma vez que se manifesta a tendência de sua adoção, esses estrangeirismos entram na fase de peregrinismo. A partir do momento em que eles passam a serem usados frequentemente e consensualmente entre os falantes, temos a fase final do empréstimo.

Mattoso Câmara Jr. (apud Alves, 2008), em seu *Dicionário de linguística e gramática* (1977, p. 111), define estrangeirismos como “os empréstimos vocabulares não integrados na língua nacional, revelando-se estrangeiros nos fonemas, na flexão e até na grafia, ou os vocábulos nacionais empregados com a significação dos vocábulos estrangeiros de forma semelhante”. Seguindo Bloomfield, Mattoso (apud Alves, 2008) define empréstimo como a “ação de traços linguísticos diversos dos do sistema tradicional” e distingue empréstimos culturais e íntimos. Segundo ele, empréstimos culturais seriam todas as aquisições que uma língua faz em virtude das relações políticas, comerciais ou culturais com povos de outros países (empréstimos à distância).

Observe-se também a definição de Barbosa:

Conceituado pela Linguística, o estrangeirismo vem a ser um empréstimo vocabular não integrado à língua que o toma, conservando da outra os fonemas, a flexão e a grafia. Com o passar do tempo, sendo o vocábulo da língua estrangeira amplamente aceito pelos falantes da que o acolheu, tende este a se adaptar à fonologia e à morfologia desta última, caso em que se transforma em empréstimo (cf. Câmara Júnior, 1977: 111), através de um processo denominado aclimação (cf. Pei, 1966: 3-4). (BARBOSA, 1990, p. 72)

Segundo Kocourek (1991), antes de os empréstimos obterem a condição própria de empréstimos, eles foram estrangeirismos que acabaram se moldando ou não à estrutura linguística da língua de chegada.

Portanto, o estrangeirismo seria efêmero e o empréstimo, duradouro. Em outras palavras, podemos concluir que estrangeirismo seria uma citação esporádica, enquanto o empréstimo seria um elemento já integrado à língua receptora.

Sobre a integração do *empréstimo* ao léxico geral da língua, Barbosa observa:

Um termo só será considerado empréstimo propriamente dito, quando, numa fase ulterior à da adoção verdadeira pela integração e generalização, tiver alcançado alta frequência e distribuição regular pelos falantes, a ponto de não ser mais sentido como estrangeiro. (BARBOSA, 1996, p. 292)

Além disso, segundo Alves (2002, p. 79), “o emprego frequente de um estrangeirismo constitui também um critério para que essa forma estrangeira seja considerada parte componente do acervo lexical português”. Assim, unidades lexicais bastante usadas contemporaneamente, já adaptadas à língua portuguesa, manifestam-se como empréstimos.

É importante salientar que, como observa Alves (2002) em relação à integração da unidade lexical estrangeira, a adaptação ortográfica ao sistema português não constitui uma regra:

Muitos empréstimos já assimilados – abajur, xampu – revelam tal adaptação, porém observa-se, com certa frequência, que a forma gráfica integrada ao português chega a concorrer com o elemento grafado de acordo com a língua de origem. (ALVES, 2002, p. 77)

Por fim, vale ressaltar que, estrangeirismos e empréstimos ocorrem em qualquer língua natural viva, como constatou Boulanger (apud Kocourek, 1991, p. 157), o empréstimo é um fenômeno linguístico inelutável na nossa sociedade contemporânea em perpétua expansão técnica e científica. Afinal, o empréstimo lexical ocorre em decorrência da necessidade de designar novas coisas, conceitos, etc.

3.4 Neologismo Semântico

A neologia semântica não envolve nenhuma mudança formal em unidades léxicas já existentes. Segundo Alves (2002, p. 62), qualquer transformação semântica manifestada num item lexical ocasiona a criação de um novo elemento. Conforme a autora, “o neologismo semântico mais usual ocorre quando se verifica uma mudança no conjunto dos semas referentes a uma unidade léxica”.

Guilbert (1972, p. 21) define neologia semântica como :

[...] “tout changement de sens qui se produit dans l’un des trois aspects signifiants du lexème sans qu’intervienne concurremment un changement dans la forme signifiante de ce lexème”. (GUILBERT, 1972, p. 21)

Podemos dizer que o neologismo semântico ou conceptual é consequente de processos estilísticos como metáfora, metonímia e sinédoque, através dos quais um diferente significado é atribuído a uma base formal, transformando-a em um novo item lexical.

3.5 Outros Processos

3.5.1 *Truncação*

Segundo Alves (2002, p. 68), a formação de palavras pelo processo da truncação constitui um tipo de abreviação em que uma parte da sequência lexical, geralmente, a final, é eliminada. Um exemplo seria *euromercado*, em que *euro* é forma reduzida de *européu*.

3.5.2 *Conversão ou Derivação Imprópria*

Este mecanismo de criação de palavras é definido por Basílio (2005, p. 60) como o processo de transposição de uma palavra de uma classe gramatical para outra, como a substantivação de verbos ou adjetivos.

Segundo Alves (2002, p. 60), a conversão, também denominada derivação imprópria, designa “um tipo de formação lexical pelo qual uma unidade léxica sofre alterações em sua distribuição sem que haja manifestação de mudanças formais”.

3.5.3 *Palavra-Valise*

Através deste processo, segundo Alves (2002, p. 69), “duas bases – ou apenas uma delas – são privadas de parte de seus elementos para constituírem um novo item léxico: uma perde sua parte final e outra, sua parte inicial” (Alves, 2002, p. 69). Como em *brasiguaio*, da junção de brasileiro e paraguaio. Assim, nesses casos, também se manifesta um tipo de redução.

3.5.4 *Reduplicação*

Refere-se a um recurso morfológico em que uma mesma base é repetida duas ou mais vezes a fim de constituir um novo item léxico, exemplo de *trança-trança* (Alves, 2002, pp. 70-71).

3.5.5 *Derivação Regressiva*

Com a derivação regressiva, uma nova unidade léxica é criada a partir da supressão de um elemento, ao invés do acréscimo como nos outros casos de derivação. Ou seja, nas palavras de Basílio (2005, p. 37), “a palavra derivante (a palavra da qual outra deriva) tem uma parte retirada, formando-se assim uma nova palavra”. Portanto, segundo Kocourek (1991, p. 108), “a derivação regressiva pode representar uma redução.

Conforme expõe Alves (2002, p. 71), em português, grande parte dos casos de derivação regressiva é constituída pelos substantivos deverbais.

4 AS RELAÇÕES SINONÍMICAS

4.1 Sinonímia

Sinonímia é normalmente definida como a relação de sentido em que um mesmo conceito é designado por significantes diferentes. Nas palavras de Barbosa (1997), sinonímia é definida como a situação em que a dois ou mais elementos do conjunto significante corresponde um e somente um elemento do conjunto significado.

Greimas, em seu *Dicionário de Semiótica*, conceitua sinonímia como “a relação de identidade em que duas ou mais grandezas (nesse caso chamadas de sinônimos) do plano do conteúdo seriam suscetíveis de contrair entre si”. Segundo sua exposição, para que dois lexemas sejam sinônimos, os semas contextuais – que entram na composição de seus sememas – devem ser idênticos. Só assim, os lexemas seriam substituíveis em todos os contextos.

Também conhecida como homossemia total, a sinonímia apresenta o mesmo semema para várias expressões. Portanto, os sinônimos seriam comutáveis em todas os contextos.

De acordo com a teoria dos conjuntos, a sinonímia pode ser explicada como “uma relação de equivalência no sentido matemático do termo” (Lyons, 1970, p. 348 apud Barros, p. 221).

Segundo Lyons (1997), as expressões com igual significado são sinônimas. O autor ressalta ser muito rara a sinonímia absoluta, em que todos os significados são idênticos e intercambiáveis em todos os contextos, ou seja, semanticamente equivalentes em todas as dimensões do significado descritivo e não descritivo. Em suas palavras: “há poucos sinônimos perfeitos nas línguas naturais, se é que há de fato” (1979, p. 476). Ele afirma ainda que, “como todas as relações de sentido, a sinonímia é dependente do contexto”.

Ullmann (1965), por sua vez, defende a existência da sinonímia absoluta, sobretudo nas áreas de especialidade (principalmente em torno de um invento novo). Como forma de verificação da sinonímia, o autor propõe o teste da intercambialidade em todos os contextos. No entanto, o estudioso da Semântica é bastante enfático ao assegurar que não haverá sinonímia se as palavras ou termos pertencerem a níveis de registro ou estilo diferentes.

Segundo ele, só se podem considerar como sinônimas as palavras que se podem substituir em qualquer contexto sem a mais leve mudança ou no sentido cognitivo ou no afetivo.

Conforme Geckeler, os critérios para afirmar se diferentes lexemas têm absolutamente o mesmo significado (ou são totalmente sinônimos) são os seguintes:

- 1) Su capacidad ilimitada de sustitución en todos los contextos.
- 2) Su coincidencia tanto en el significado denotativo como en el significado connotativo. (GECKELER, 1984, p. 285)

Kocourek aborda a sinonímia nas línguas de especialidade. Conforme o autor, a sinonímia, um dos princípios essenciais da língua, caracteriza-se como uma pluralidade de formas ligadas à identidade ou à proximidade de sentido (Kocourek, 1991, p. 190). Segundo ele, termos sinônimos são termos formalmente diferentes que têm o mesmo sentido.

Além disso, em Terminologia, a sinonímia é também definida como uma “relação entre designações de mesma língua que representam o mesmo conceito” (ISO 1087, 1990, p. 5 apud Rodrigues e Barros, 2005, p. 202) ou “cada um dos termos de uma língua que designam um mesmo conceito e se situam em um mesmo nível de língua ou em um mesmo nível de conceptualização” (apud Rodrigues e Barros, 2005, p. 202).

No entanto, como a identidade total de significados é praticamente impossível, os autores defendem, então, a homossemia parcial, que será discutida a seguir. Afinal, como afirma Henriques (2000, pp. 48-49), embora haja equivalência de significação entre palavras, é inexistente a identificação completa.

Como asseveram Rodrigues e Barros (2005, p. 198), a sinonímia é uma relação de significação que caminha no sentido oposto do princípio da economia linguística. Segundo elas, essa questão se centra na existência ou não de sinônimos perfeitos ou totais.

4.2 Parassinonímia

Segundo definição proposta por Barros, parassinonímia seria a relação de sentido entre lexemas cujos significados são apenas semelhantes, mas não idênticos em todos os contextos, como *falecer* e *morrer*.

Galisson, que não admite a existência de sinônimos perfeitos, aceita os parassinônimos e os define como “termos que podem ser considerados como tendo o mesmo sentido, mas cuja

distribuição não é exatamente equivalente”. (Galisson, 1979, p. 187 apud Barros, 2004, p. 222).

Nas palavras de Barbosa, a parassinonímia, ou homossemia parcial, seria a relação de sentido em que “a dois ou mais elementos do conjunto significante, em relação de oposição disjuntiva, correspondem dois ou mais elementos do conjunto significado, estes em relação de oposição transitiva” (1997, p. 21).

4.3 Quase-sinonímia

Conforme a exposição de Barros (2004, p. 222), à parassinonímia de Galisson corresponde a quase-sinonímia em Terminologia. Nas palavras de Lyons, a quase-sinonímia está relacionada à sinonímia entre lexemas cujos significados são apenas semelhantes, mas não idênticos. Dessa forma, esta seria a relação de sentido entre termos cuja compreensão do conceito é somente em parte idêntica, mas não absolutamente.

Ou, mais precisamente, um quase-sinônimo é “cada um dos termos de uma dada língua que designam um mesmo conceito, mas que se situam em níveis de língua e em níveis de conceptualização diferentes ou que se empregam em situações de comunicação diferentes” (Boutin-Quesnel, p. 1985, p. 21 apud Barros, 2004, p. 222). Portanto, os quase-sinônimos são intercambiáveis apenas em determinados contextos.

De acordo com Rodrigues e Barros (2005, p. 205), Auger (2001) e Boutin-Quesnel (1985) reconhecem os tipos mais frequentes de quase-sinônimos: quase-sinônimos geográficos ou regionais; quase-sinônimos diacrônicos, cronológicos ou temporais; quase-sinônimos de nível de língua; quase-sinônimos profissionais, os quais podem ser subdivididos em interprofissionais, socioprofissionais e interteóricos; quase-sinônimos funcionais, os quais compreendem empréstimos, quase-sinônimos ortográficos e sintáticos; quase-sinônimos de concorrência ou socioeconômicos, que recobrem, quase-sinônimos publicitários, genéricos/específicos e quase-sinônimos de frequência.

4.4 As Relações Sinonímicas no âmbito da Terminologia

Por muito tempo, a variedade denotativa e conceitual foi considerada um problema nos discursos especializados. Como vimos, para os pioneiros da disciplina, a Terminologia volta-se para a normalização dos termos de especialidades, com a finalidade de assegurar a univocidade da comunicação profissional.

Esse princípio da univocidade é precioso para a Terminologia da linha wüsteriana que é normativa e procura eliminar a ambiguidade nos discursos técnicos e científicos, renegando a polissemia, a sinonímia e a homonímia.

O engenheiro Eugen Wüster, conhecido como pai da Terminologia, pregava a biunivocidade entre termo e conceito – a um termo refere-se apenas um único conceito e vice-versa, o que impede a sinonímia e a polissemia respectivamente. Segundo ele:

En terminología, se exige que la adscripción lingüística permanente sea biunívoca, empleando un término usado en matemáticas. Esto significa que, en principio, un concepto está adscrito a una sola denominación, y viceversa. [...]

Por lo tanto, no debería haber denominaciones ambiguas (homónimos y polisemia), ni denominaciones múltiples para un mismo concepto (sinónimos). (WÜSTER, 1998, p. 137).

Dessa forma, a sinonímia, a polissemia e a homonímia seriam empecilhos para a exatidão na comunicação especializada, e eram, portanto colocadas à margem a fim de evitar a ambiguidade

Portanto, como a Terminologia, em sua origem, partia da concepção de que uma linguagem técnico-científica deveria ser elaborada de maneira perfeita e unívoca, livre de confusões geradas pelas “imperfeições” da língua, a polissemia e a sinonímia se constituíam como um defeito para os propósitos terminológicos.

Atualmente, os discursos especializados, antes tomados como artificiais, no que diz respeito à sua constituição e à formação de seus termos, são tratados como parte dos discursos da língua comum, sendo, portanto, reconhecidos como passíveis de todos os fenômenos aos quais esta está sujeita.

Maria Teresa Cabré indicou a necessidade de se revisar a proposta de Wüster que, por seu caráter reducionista e idealista, tem sido considerada insuficiente. Assim, Cabré (1999), reavaliando suas posturas teóricas e analisando a teoria wüsteriana, enumerou algumas das restrições da TGT:

[...] la teoría da muestras de reduccionismo en diferentes aspectos de sus concepciones y de sus prácticas: la concepción global de la unidad terminológica a

su condición denominativa, el olvido de los aspectos sintácticos de las unidades terminológicas, la ignorancia de los aspectos comunicativos de los términos, o la insistencia en negar la variación formal y conceptual de los términos. (Cabré, 1999, p. 69)

A autora elaborou, então, uma nova teoria da Terminologia, denominada por ela de Teoria Comunicativa da Terminologia, e propõe um princípio sobre a variação, admitindo tanto a variação conceitual, como a denominativa:

3. Principio sobre la variación

Todo proceso de comunicación comporta inherentemente variación, explicitada en formas alternativas de denominación del mismo concepto (sinonimia) o en apertura significativa de una misma forma (polisemia). Este principio es universal para las unidades terminológicas, si bien admite diferentes grados según las condiciones de cada tipo de situación comunicativa. (Cabré, 1999, p. 85)

A relação unívoca, pregada pela Terminologia clássica, é também questionada pela Socioterminologia. Visto que as unidades terminológicas não se comportam como simples nomes-etiquetas, Gaudin postula a variação como o eixo central para o desenvolvimento da Socioterminologia.

Rita Temmerman, por sua vez, principal representante da Terminologia Sociocognitiva, considera como essenciais a polissemia – uma consequência da evolução do significado, de movimentos metafóricos e da reflexão humana sobre o mundo – e a sinonímia – que refletiria diferentes perspectivas. Segundo ela: “in the corpus of life-science-related texts we studied we find evidence that polyssemy and synonymy are necessary (functional) and inevitable aspects of terminology” (Temmerman, 2000, p. 14).

5 ANÁLISE: AS FORMAÇÕES NA TERMINOLOGIA DA ECONOMIA INTERNACIONAL

Nas línguas de especialidade, os termos seguem os mesmos processos de formação que presidem à criação de unidades lexicais da língua geral. No entanto, como sabemos, algumas línguas de especialidade apresentam características próprias para a formação de seus termos – a Medicina, por exemplo, tem recorrido a radicais de origem grega (como hemo-, que significa “carregado de sangue” e forma hemograma, hemodiálise, etc.), bem como a sufixos próprios (a exemplo de -oma e -ite, que se referem respectivamente a “tumores em geral” e “inflamação”, e que originaram carcinoma e amidalite, entre outros) para a formação de parte de seus termos. A Economia Internacional, por sua vez, não apresenta nenhum radical, prefixo ou sufixo característico, mas nossas pesquisas têm demonstrado que o processo de formação mais produtivo na subárea da Economia Internacional é a formação sintagmática, como podemos ver no gráfico a seguir:

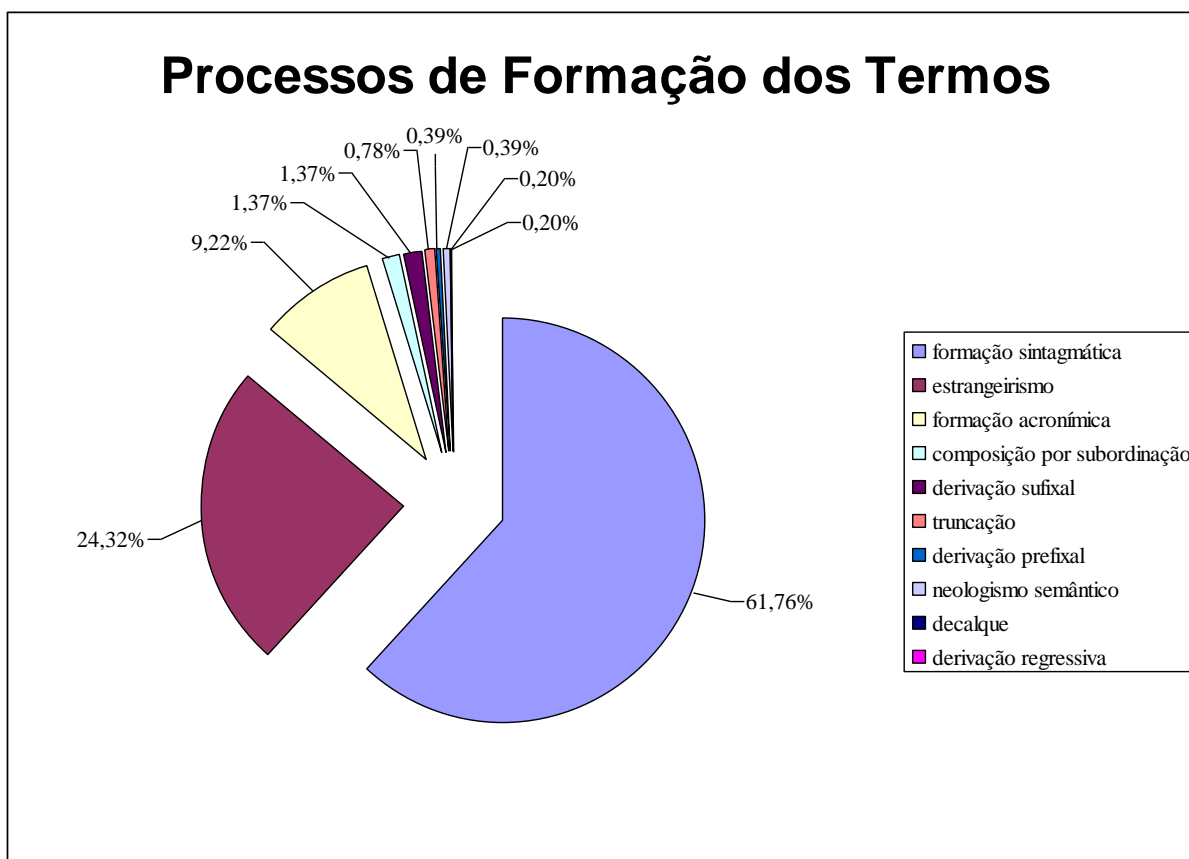


Gráfico 1 – Processos de formação dos termos

Antes de dar início à apresentação dos termos, é válido salientar que seguimos as indicações presentes na introdução do *Glossário de Termos Neológicos da Economia* (Alves, 2001). Assim, entre outros aspectos, convém mencionar que julgamos também conveniente a inclusão de algumas instituições; nesses casos, os termos estão apresentados com as iniciais em maiúscula.

A fim de estudar a constituição morfológica da terminologia da Economia Internacional, descrevemos abaixo todos os processos de formação dos termos encontrados em nosso *corpus*.¹

5.1 Formação Sintagmática

Para um estudo mais aprofundado, os termos sintagmáticos constantes em nosso *corpus* foram divididos em grupos de acordo com sua formação morfossintática. O resultado está ilustrado no gráfico a seguir:

¹ Vale observar que alguns termos já se encontram atestados nos mais reconhecidos dicionários brasileiros, como Houaiss e Aurélio e, assim, pudemos analisar os processos de formação de palavras de nosso *corpus* de pesquisa, baseando-nos também em tais materiais de consulta.

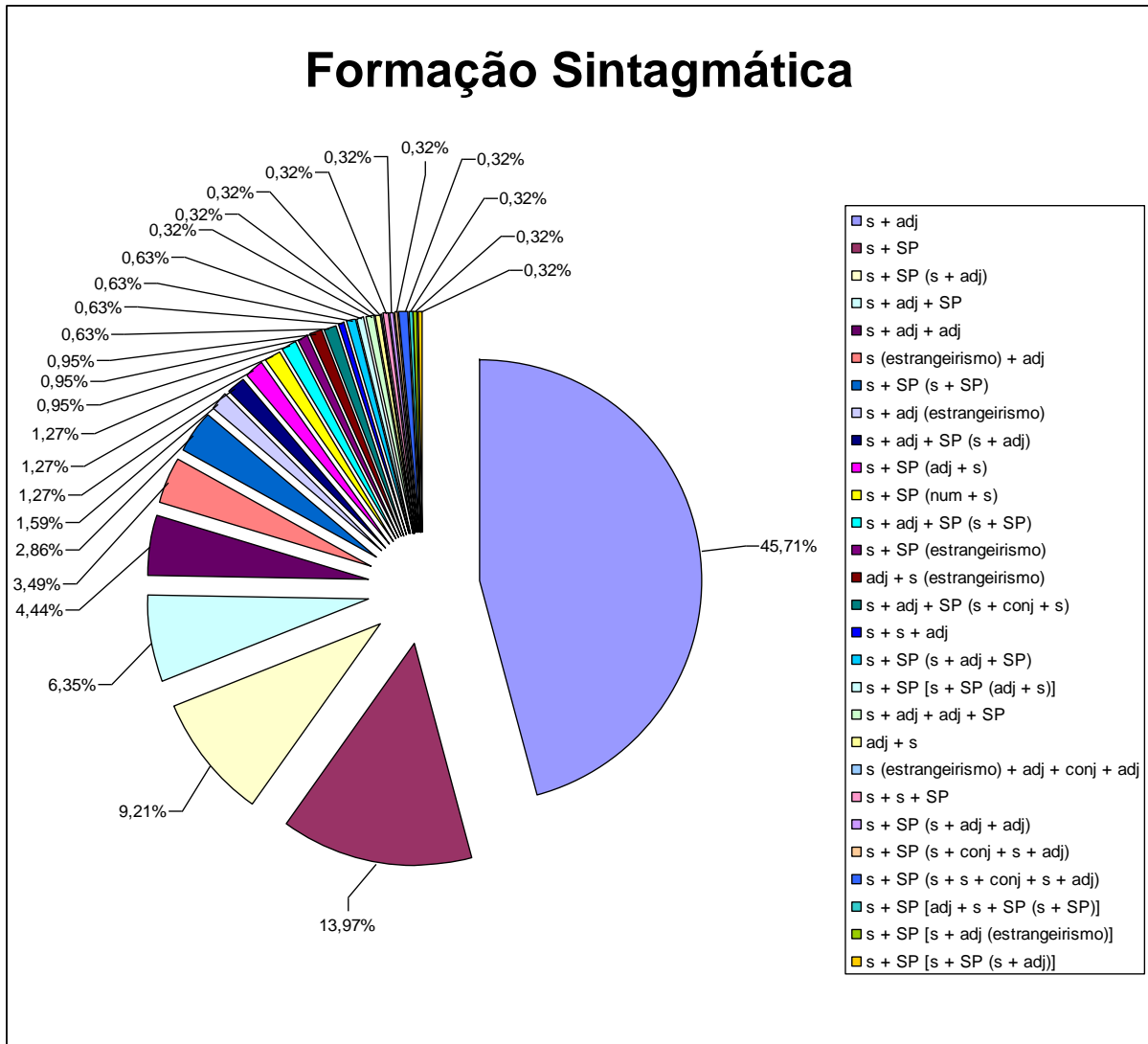


Gráfico 2 – Constituição morfossintática dos termos sintagmáticos

Segue abaixo o inventário dos termos sintagmáticos de acordo com as formações morfossintáticas supramencionadas:

5.1.1 *s + adj*

acordo comercial

Acordo Preventivo

admissão temporária

ancoragem cooperativa

ancoragem unilateral
apreciação competitiva
arbitragem composta
arbitragem direta
arbitragem indireta
arbitragem simples
arbitragem triangular
ataque especulativo
balança comercial
Banco Central
Banco Mundial
banda cambial
barreira alfandegária
barreira comercial
barreira não-tarifária
bloco econômico
bloco regional
bolha especulativa
câmbio comercial
câmbio cooperativo
câmbio fixo
câmbio flexível
câmbio flutuante
câmbio futuro
câmbio pronto
capital errante
capital especulativo
capital natural
capital produtivo
capital volátil
causa conjuntural
causa estrutural
cobrança limpa
comércio exterior

comércio inter-industrial
comércio internacional
comércio intra-industrial
conta capital
conta corrente
conta financeira
contrato futuro
crédito documentário
crise cambial
crise no balanço de pagamentos
declaração de importação
demanda elástica
demanda inelástica
depreciação competitiva
desembaraço aduaneiro
desequilíbrio conjuntural
desequilíbrio estrutural
despacho aduaneiro
desvalorização cambial
desvalorização necessária
desvalorização predatória
dinheiro quente
direitos compensatórios
dívida externa
economia internacional
empresa multinacional
empresa transnacional
empréstimo compensatório
empréstimo de regularização
equilíbrio não-cooperativo
especulação cambial
estação aduaneira
exportação direta
exportação indireta

flutuação limpa
flutuação suja
globalização financeira
globalização produtiva
governo máximo
governo mínimo
governo ótimo
importação definitiva
importação não-definitiva
imposto aduaneiro
intercâmbio comercial
investimento direto
liberalismo moderno
mercado cambial
mercado comum
mercado emergente
mercado futuro
mercado interbancário
mercado internacional
mercado livre
modelo exportador
modelo ricardiano
moeda básica
operação invisível
operação visível
orçamento cambial
ouro monetário
ouro não-monetário
par metálico
paridade legal
paridade monetária
política comercial
porto franco
porto livre

porto seco
protecionismo agressivo
protecionismo defensivo
protecionismo moderado
regime cambial
reservas internacionais
risco cambial
risco comercial
risco político
risco soberano
saque careca
saque limpo
tarifa efetiva
tarifa específica
tarifa mista
tarifa nominal
taxa cambial
taxa cruzada
taxa fixa
taxa flexível
taxa flutuante
taxa livre
taxa oficial
taxa variável
terminal retroportuário
território aduaneiro
transações correntes
transferências gratuitas
transferências não-retribuídas
transferências unilaterais
tratado comercial
união aduaneira
união econômica
União Européia

valoração aduaneira

zona franca

zona primária

zona secundária

Ainda nesta rubrica podemos incluir também os termos que apresentam um estrangeirismo como substantivo ou adjetivo, listados abaixo:²

5.1.1.1 s (estrangeirismo) + adj

clearing bilateral

clearing multilateral

deficit conjuntural

deficit estrutural

drawback interno

dumping esporádico

dumping persistente

dumping predatório

dumping social

superavit conjuntural

superavit estrutural

5.1.1.2 s + adj (estrangeirismo)

Acordo *Stand-By*

direito *antidumping*

mercado *spot*

² Consideramos pertinente fazer esta divisão em uma nova rubrica a fim de melhor observar a incidência e a incorporação dos estrangeirismos em termos sintagmáticos.

tarifa *ad valorem*

taxa *spot*

5.1.10 *s + SP*

Vale observar que nesta formação o sintagma preposicionado é sempre composto por preposição + substantivo ou preposição + artigo + substantivo:

abordagem da elasticidade

arbitragem de câmbio

arbitragem de juros

balanço de pagamentos

balanço de rendas

balanço de serviços

bolsa de futuros

bolsa de mercadorias

câmbio a termo

capital de risco

carta de crédito

carta de intenções

certificado de depósito

cesta de moedas

clube de Roma

cobrança a prazo

cobrança à vista

comprovante de importação

conhecimento de embarque

curva de indiferença

deflação de preços

despacho para consumo

dinheiro de motel

equilíbrio de carteira
equilíbrio de Nash
exportação de desemprego
investimento em carteira
licença de importação
linha de crédito
lista de embalagem
mercado a termo
mercado de divisas
moeda de reserva
princípio da reciprocidade
problema de liquidez
registro de exportação
registro de venda
reservas de mercado
risco de crédito
seguro de crédito
solicitação de despacho
substituição das importações
taxa de câmbio
taxa de exportação

Ainda nesta rubrica podemos incluir também os termos cujo sintagma preposicional é formado por preposição mais estrangeirismo:

5.1.10.1 s + SP (estrangeirismo)

agência de *rating*
empresa de *rating*
margem de *dumping*

5.1.11 $s + SP (s + adj)$

Associação de Comércio Exterior
Banco de Compensações Internacionais
Banco de Pagamentos Internacionais
Banco para Ajustes Internacionais
Câmara de Comércio Internacional
Câmara de Comércio Internacional
Câmara do Comércio Exterior
câmbio de taxas livres
carta de crédito irrevogável
carta de crédito revogável
carta de crédito rotativa
Conselho do Mercado Comum
Escritório de Avaliação Independente
hipótese de expectativas racionais
hipótese de mercados eficientes
lei do preço único
mercado de câmbio futuro
prêmio de risco cambial
princípio da trindade impossível
Programa para Ajustamento Estrutural
regime de câmbio fixo
regime de câmbio flutuante
registro de exportação simplificado
Secretaria do Comércio Exterior
taxa de câmbio fixa
taxa de câmbio flutuante
taxa de câmbio nominal
taxa de câmbio real
taxa de proteção nominal

5.1.12 *s + adj + SP*

arbitrador coberto de juros
arbitragem coberta de juros
Associação Internacional de Desenvolvimento
cobrança documentária a prazo
cobrança documentária à vista
declaração simplificada de exportação
despacho aduaneiro de importação
direitos especiais de saque
divisão internacional da produção
estação aduaneira de fronteira
Mercado Comum do Sul
Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas
Organização Internacional do Trabalho
Organização Mundial do Comércio
restrição voluntária às exportações
taxa cruzada de câmbio
taxa esperada de câmbio
taxa nominal de câmbio
taxa real de câmbio
transações oficiais de reservas

5.1.13 *s + adj + adj*

área monetária ótima
arranjo cambial cooperativo
Comunidade Econômica Européia
Corporação Financeira Internacional
empresa comercial exportadora
estação aduaneira interior

Fórum Econômico Mundial
Fundo Monetário Internacional
investimento direto estrangeiro
porto seco livre
regime cambial fixo
Sistema Monetário Europeu
terminal retroportuário alfandegado
tarifa externa comum

5.1.14 $s + SP (s + SP)$

declaração de despacho de exportação
mercado de câmbio a termo
mercado de câmbio à vista
paridade do poder de compra
princípio de diversificação da carteira
Programa de Financiamentos às Exportações
registro de operação de crédito
taxa de câmbio a termo
zona de processamento de exportação

5.1.15 $s + adj + SP (s + adj)$

Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira
Instituto Internacional para Desenvolvimento Administrativo
Sistema Integrado de Comércio Exterior
teoria clássica do comércio internacional

5.1.16 *adj + s*

livre comércio

Para melhor visualização dos estrangeirismos, esta rubrica subdivide-se ainda em:

5.1.16.1 *adj + s (estrangeirismo)*

primeira *tranche*

segunda *tranche*

terceira *tranche*

5.1.17 *s + SP (adj + s)*

área de livre comércio

capital a curto prazo

capital de curto prazo

zona de livre comércio

5.1.10 *s + SP (num + s)*

arbitragem de dois pontos

arbitragem de três pontos

arbitragem sobre duas praças

arbitragem sobre três praças

5.1.11 $s + adj + SP (s + SP)$

acordo voluntário de restrição às exportações

Agência Multilateral de Garantia ao Investimento

Centro Internacional para Solução de Disputas sobre Investimentos

5.1.12 $s + SP (s + adj + SP)$

Organização dos Países Exportadores de Petróleo

sistema de taxas múltiplas de câmbio

5.1.13 $s + SP [s + SP (adj + s)]$

capital de risco a curto prazo

capital de risco a longo prazo

5.1.14 $s + s + adj$

Grupo Banco Mundial

Grupo Mercado Comum

5.1.15 $s + adj + adj + SP$

Associação Latino-Americana de Integração

5.1.16 $s + adj + SP (s + conj + s)$

Acordo Geral de Tarifas e Comércio

Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

5.1.17 $s + SP [s + adj (estrangeirismo)]$

taxa de câmbio *spot*

5.1.18 $s (estrangeirismo) + adj + conj + adj$

drawback verde e amarelo

5.1.19 $s + s + SP$

elasticidade-preço da demanda

5.1.20 $s + SP (s + adj + adj)$

taxa de câmbio efetiva real

5.1.21 $s + SP (s + conj + s + adj)$

Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

5.1.22 *s + SP [adj + s + SP (s + SP)]*

Acordo de Livre Comércio da América do Norte

5.1.23 *s + SP [s + SP (s + adj)]*

linha de crédito de financiamento compensatório

5.1.24 *s + SP (s + s + conj + s + adj)*

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

5.2 **Estrangeirismo**

5.2.1 *Origem Inglesa*

ADR

advance payment guarantee

American depositary receipts

antidumping

B2B

Bank for International Settlements

bid bond

bid letter of credit

Bird

BIS

business to business

carriage and insurance paid to

carriage paid to

CFF

CFR

CIF

CIP

clean collection

clean draft

clearing

clearing house

commercial papers

commodity

compensatory duties

compensatory financing facility

cost and freight

cost, insurance and freight

countervailing duties

CP

CPT

crawling peg

cross rates

currency board

DAF

DDP

DDU

deficit

delivered at frontier

delivered duty paid

delivered duty unpaid

delivered ex quay

delivered ex ship

depository receipts

DEQ

DES

dirty floating

dollar exchange standard

DR

drawback

dumping

EFF

emergency assistance

ex works

Extended Fund Facility

EXW

FAS

FCA

FED

Federal Reserve

financial future

first credit tranche

FOB

foreign zone

forfeiting

forward exchange

forward market

free alongside ship

free carrier

free on board

GATT

General Agreement on Tariffs and Trade

hedge

hedger

hedging

holding

home broker

hot money

Icsid

IMD

Incoterms

Internacional Chamber of Commerce

International Commercial Terms

International Institute for Management Development

libor

Miga

NAB

Nafta

new agreement to borrow

NIF

note issuance facilities

overshooting

packing list

performance bond

performance letter of credit

Poverty Reduction Growth Facility

pre-export

PRGF

prime rate

red clause

refundment bond

refundment letter of credit

repayment guarantee

revolving letter of credit

royalty

SAF

SBA

SDR

Special Drawing Rights

spot exchange

spread

SRF

stand by arrangements

stand-by credit

stand-by letter of credit

stock-swap

superavit

Supplemental Reserve Facility

swap

trading

trading company

unrequited transfer

WEF

5.2.2 *Origem Francesa*

laissez-faire

tranche

5.3 **Formação Acronímica**

RES: forma abreviada de registro de exportação simplificado

Simplex: forma abreviada de registro de exportação simplificado

AVRE: forma abreviada de acordo voluntário de restrição às exportações

Alça: forma abreviada de Área de Livre Comércio das Américas

AID: forma abreviada de Associação Internacional de Desenvolvimento

Aladi: forma abreviada de Associação Latino Americana de Integração

BAI: forma abreviada de Banco para Ajustes Internacionais

BNT: forma abreviada de barreira não-tarifária

BF: forma abreviada de bolsa de futuros

CCI: forma abreviada de Câmara de Comércio Internacional

Camex: forma abreviada de Câmara do Comércio Exterior

CD: forma abreviada de certificado de depósito

CEE: forma abreviada de Comunidade Econômica Européia
CC: forma abreviada de conta corrente
CFI: forma abreviada de Corporação Financeira Internacional
DDE: forma abreviada de Declaração de Despacho de Exportação
DI: forma abreviada de Declaração de Importação
DSE: forma abreviada de Declaração Simplificada de Exportação
DES: forma abreviada de Direitos Especiais de Saque
EMN: forma abreviada de empresa multinacional
EAF: forma abreviada de Estação Aduaneira de Fronteira
Eadi: forma abreviada de Estação Aduaneira Interior
FMI: forma abreviada de Fundo Monetário Internacional
G-8: forma abreviada de Grupo dos Oito
IED: forma abreviada de investimento direto estrangeiro
Mercosul: forma abreviada de Mercado Comum do Sul
NAB: forma abreviada de Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas
OCDE: forma abreviada de Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OPEP: forma abreviada de Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OIT: forma abreviada de Organização Internacional do Trabalho
OMC: forma abreviada de Organização Mundial do Comércio
PPC: forma abreviada de paridade do poder de compra
PROER: forma abreviada de Programa de Financiamentos às Exportações
RE: forma abreviada de registro de exportação
RC: forma abreviada de Registro de Operação de Crédito
RV: forma abreviada de registro de venda
RVE: forma abreviada de restrição voluntária às exportações
Secex: forma abreviada de Secretaria do Comércio Exterior
Siscomex: forma abreviada de Sistema Integrado de Comércio Exterior
SME: forma abreviada de Sistema Monetário Europeu
SD: forma abreviada de solicitação de despacho
TEC: forma abreviada de tarifa externa comum
TRA: forma abreviada de Terminal Retroportuário Alfandegado
TOR: forma abreviada de transações oficiais de reservas
UE: forma abreviada de União Européia
ZPE: forma abreviada de zona de processamento de exportação

MDIC: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

5.4 Composição por Subordinação

5.4.1 *s + s*

câmbio-turismo

risco-país

país-âncora

moeda-veículo

custo-Brasil

risco-Brasil

zona-alvo

5.5 Derivação Sufixal

5.5.1 *s + -ismo*

intervencionismo

livre-cambismo

liberalismo

protecionismo

5.5.2 *v + -agem*

arbitragem

5.5.3 *v + -ção*

nacionalização

5.5.4 *v + -nte*

interveniente

5.6 **Truncação**

asiadólar: asiático + dólar

estagflação: estagnação + inflação

eurodólar: europeu + dólar

euromoeada: europeu + moeda

5.7 **Derivação Prefixal**

5.7.1 *des- + s*

desembaraço

5.7.2 *multi- + s*

multinacional

5.8 **Neologismo Semântico**

bolha

âncora

5.9 **Decalque**

divisa: decalque do francês devise

5.10 **Derivação Regressiva**

romaneio: derivação regressiva de romanear

6 AS RELAÇÕES SINONÍMICAS NA ECONOMIA INTERNACIONAL

Um aspecto sobressalente em nosso *corpus* é a presença de sinonímia. Assim, sendo as relações sinonímicas bastante recorrente em nossos dados, consideramos interessante desenvolver um breve estudo da sinonímia terminológica no âmbito da Economia Internacional.

De fato, os termos sinônimos saltam à vista e são indicados claramente pelo contexto. Em geral, os termos sinônimos são apresentados por meio do uso da conjunção *ou*, através de parênteses, travessões e por expressões metalinguísticas, tais como *também conhecido(a) como, também chamado(a), também denominado*, conforme ilustrado abaixo:

Utiliza-se o romaneio, *Packing List* ou Lista de Embalagem, para o embarque de mercadorias que se encontram acondicionadas em mais de um volume ou em um único volume que contenha variados tipos de produtos. (GARCIA, 2001, p. 119)

Atualmente, fala-se em **governo máximo** (intervencionismo), **governo mínimo** (liberalismo) e **governo ótimo** (liberalismo moderno). O FMI apresentou um ensaio de autoria dos economistas Vito Tanzi e Ludger Schuknecht em que o governo ótimo, para os países desenvolvidos, seria aquele em que os gastos públicos seriam de 30% do PIB. (MAIA, 2006, p. 170)

A Conferência de Bretton Woods estabeleceu medidas que foram fundamentais para o crescimento da Economia Internacional. Entre elas, destacamos a criação do Banco Mundial (Bird) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). (MAIA, 2006, p. 136)

DDE – Declaração de Despacho de Exportação

Também conhecida por SD (Solicitação de Despacho) é um documento elaborado através de terminal Siscomex, quando a mercadoria se encontra à disposição da fiscalização aduaneira para fins de despacho. (GARCIA, 2001, p. 16)

Diante disso, o liberalismo só pode existir nas democracias, em que há mais ampla liberdade individual. O liberalismo também é conhecido como a doutrina do *Laissez-faire* (o Estado deixa de fazer); no comércio exterior, é também denominado **Livre-cambismo**. (MAIA, 2006, p. 164)

Vários termos apresentam entre si relação sinonímica. De fato, a sinonímia é tão expressiva em nosso *corpus* que há conceitos que apresentam até 09 denominações diferentes, como se verifica a seguir:

➤ capital de risco a curto prazo – capital de curto prazo – capital a curto prazo – capital volátil – capital especulativo – capital errante – dinheiro de motel – dinheiro quente – *hot money*

8.1 <Capital de Risco a Curto Prazo>

<Capital de risco a curto prazo> é aquele que é aplicado:

- em aquisição de títulos a prazo curto, com vencimento, no máximo, de 12 meses; ou

- em bolsa, em ações ou em derivativos. Nesses casos, ele não tem a obrigação de se fixar no país por muito tempo. O investidor estrangeiro pode deixá-lo por apenas alguns minutos, como também pode mantê-lo por bastante tempo; ou

- em fundos de investimentos.

[...]

Portanto, ele não cria raízes, motivo porque é também chamado de <*hot money*> (<dinheiro quente>) em alusão aos objetos que não ficam nas mãos de ninguém por muito tempo.

[...]

O <*hot money*> é um dinheiro com domicílio temporário, que se move de um país para outro mediante instruções emitidas por computadores. Isso lhe deu a denominação de <capital errante>. (MAIA, 2006, pp. 360-361)

A movimentação de capitais pode ocorrer sob as seguintes formas: investimentos, reinvestimentos, financiamentos, amortizações, empréstimos e <*hot money*> (<capital de curto prazo>). [...]

O valor dos capitais movimentados diariamente ultrapassa a cifra de trilhões de dólares e o mais instável é o <capital de curto prazo> que ganhou o nome <*hot money*> (dinheiro que não fica nas mãos por muito tempo). Esse fato levou o senador Espiridião Amin a denominar o <capital de curto prazo> de "<**dinheiro de motel**>", que entra em busca de lucro rápido e fácil e foge quando se sacia. (MAIA, 2006, p. 70)

Achamos que houve um ponto omissivo: os países necessitam também de reserva de segurança para o <*hot money*> (<capital volátil>). Essa reserva deverá ser um percentual sobre o montante desse capital, que deverá variar de acordo com a situação do momento. (MAIA, 2006, p. 93)

Antônio Ermírio de Moraes declarou que o governo deveria contabilizar as reservas decorrentes de entradas de <*hot money*> separadamente, porque, para ele, o <capital a curto prazo> não cria reservas confiáveis. (MAIA, 2006, p. 363)

Vale observar que essa sinonímia, algumas vezes, pôde ser encontrada em uma única obra. Em nosso *corpus*, o autor que se mostrou mais produtivo em relação à apresentação de termos sinônimos foi Maia (2006), que, muitas vezes, aponta os diferentes termos empregados em diferentes situações de uso, como podemos ver nos contextos abaixo:

O exportador pode remeter o jogo de documentos diretamente ao importador, enviando para cobrança, através de um banco, apenas o saque. Isso ocorre quando há necessidade de se retirar a mercadoria com urgência, na alfândega. Esse tipo de cobrança é conhecido internacionalmente por <*clean draft*> ou "<**saque limpo**>". Na gíria bancária é o "<**saque careca**>". (MAIA, 2006, p. 278)

Nosso Banco Central, em suas publicações, traduz o nome do <BIS> como <**Banco de Compensações Internacionais**>. Entretanto, outros o traduzem como "<Banco de Pagamentos Internacionais>" ou "<Banco para Ajustes Internacionais>". (MAIA, 2006, p. 131)

2 <TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS>

Essa rubrica registra operações que não criam, em contrapartida, obrigações, isso é, o país que recebe a moeda não precisa dar nada de volta, o que não ocorre com a importação e a exportação. Assim, donativos, remessas para manutenção de

residentes no país, reparações de guerra, auxílio a instituições beneficentes ou religiosas são considerados transferências unilaterais.

O Prof. Sebastião GARCIA Freitas denomina-as <**gratuitas**>, sendo que algumas são gratuitas e também compulsórias. É o caso das remessas relativas a reparações de guerra.

O FMI classifica essas operações como <*unrequited transfers*>, ou seja, <**transferências não retribuídas**>. As ajudas dos países do Primeiro Mundo para os do Terceiro Mundo são registradas nessa rubrica. (MAIA, 2006, p. 68)

Deste modo, convém destacar que alguns termos refletem variações de caráter discursivo, como exemplificado acima. Por isso, e levando em consideração que “os verdadeiros sinônimos são intercambiáveis em todos os enunciados relativos a um mesmo domínio” (Boutin-Quesnel, 1985, p. 21 apud Rodrigues e Barros, 2005, p. 202), preferimos falar em quase-sinonímia, uma vez que um quase-sinônimo é “cada um dos termos de uma dada língua que designam um mesmo conceito, mas que se situam em níveis de língua e em níveis de conceptualização diferentes ou que se empregam em situações de comunicação diferentes” (Boutin-Quesnel, p. 1985, p. 21 apud Barros, 2004, p. 222).

Procuramos estabelecer uma tipologia dos termos sinônimos encontrados nesta área, levando em consideração o processo de formação dos termos. É importante ressaltar que esta pesquisa não é exaustiva e, dessa forma, não se esgota em si mesma. Na verdade, alguns aspectos merecem uma observação mais detalhada, porém, com os dados possuídos, já podemos ter uma noção e fazer uma amostragem sobre a expressividade da sinonímia.

Vale observar que não reproduzimos aqui todos os contextos, apenas os que consideramos mais expressivos para ilustrar as relações sinonímicas. Além disso, em um mesmo contexto, podem funcionar diferentes tipos de relações sinonímicas, como alguns exemplos demonstram.

6.1 Quase-Sinonímia entre Termos Simples

➤ liberalismo – livre-cambismo

Diante disso, o <liberalismo> só pode existir nas democracias, em que há mais ampla liberdade individual. O <liberalismo> também é conhecido como a doutrina do *Laissez-faire* (o Estado deixa de fazer); no comércio exterior, é também denominado <**Livre-cambismo**>. (MAIA, 2006, p. 164)

6.2 Quase-Sinonímia entre Termo Simples e Termo Sintagmático

➤ arbitragem – arbitragem de câmbio

A <arbitragem> refere-se ao ato de comprar e vender em dois mercados em que os preços diferem, garantindo assim que ganhos possam ser obtidos. (CAVES, FRANKEL e JONES, 2001, p. 19)

O fator que embasa a coerência das taxas de câmbio é denominado <**arbitragem de câmbio**>. A <**arbitragem de câmbio**> se refere à compra e venda simultânea de uma moeda em diferentes mercados de câmbio, a fim de obter um lucro com o diferencial da taxa de câmbio nos dois locais. (CARBAUGH, 2004, p. 409)

➤ bolha – bolha especulativa

<Bolhas especulativas>

Em anos recentes, grandes e enigmáticos movimentos nas taxas de câmbio foram associados, por alguns, às <bolhas especulativas>. Os últimos 20% da apreciação do dólar nos oito meses que antecederam o seu pico, em 1985, por exemplo, parecem difíceis de ter outra explicação. (CAVES, FRANKEL e JONES, 2001, p. 557)

Na prática, a taxa de câmbio não explode infinitamente, quer dizer, não diverge indefinidamente para longe do valor de longo prazo dados pelos fundamentos. No máximo, ela se desvia para longe do equilíbrio dos fundamentos por um curto período de tempo antes de a <bolha> estourar. Entretanto, é possível que tais <bolhas> sejam formadas e estourem com certa regularidade, trazendo, assim, um aumento na variabilidade às taxas de câmbio flutuantes. (CAVES, FRANKEL e JONES, 2001, p. 558)

➤ desembaraço – desembaraço aduaneiro

9.9 <Desembaraço Aduaneiro>

O <desembaraço aduaneiro> é o ato final do despacho aduaneiro em virtude do qual é autorizada a entrega da mercadoria ao importador. Independentemente do canal para qual tenha sido selecionada a conferência, a entrega da mercadoria somente poderá ser efetuada após o registro do <desembaraço> no Siscomex pela autoridade aduaneira. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 148)

➤ intervencionismo – governo máximo

Atualmente, fala-se em <**governo máximo**> (<intervencionismo>), **governo mínimo** (liberalismo) e **governo ótimo** (liberalismo moderno). O FMI apresentou um ensaio de autoria dos economistas Vito Tanzi e Ludger Schuknecht em que o governo ótimo, para os países desenvolvidos, seria aquele em que os gastos públicos seriam de 30% do PIB. (MAIA, 2006, p. 170)

➤ liberalismo – livre-cambismo – governo mínimo

Atualmente, fala-se em **governo máximo** (intervencionismo), <**governo mínimo**> (<liberalismo>) e **governo ótimo** (liberalismo moderno). O FMI apresentou um ensaio de autoria dos economistas Vito Tanzi e Ludger Schuknecht em que o governo ótimo, para os países desenvolvidos, seria aquele em que os gastos públicos seriam de 30% do PIB. (MAIA, 2006, p. 170)

➤ multinacional – empresa multinacional

São chamadas <*multinacionais*> as empresas que preservam base de origem nacional e estão sujeitas à regulação e ao controle procedentes do país de origem. (CARVALHO e SILVA, p. 274)

<Empresas multinacionais>: organizações que têm subsidiárias em vários países, mas preservam base de origem nacional e estão sujeitas à regulação e ao controle procedentes do país de origem. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 305)

➤ romaneio – lista de embalagem

Utiliza-se o <romaneio>, *Packing List* ou <Lista de Embalagem>, para o embarque de mercadorias que se encontram acondicionadas em mais de um volume ou em um único volume que contenha variados tipos de produtos. (GARCIA, 2001, p. 119)

6.3 Quase-Sinonímia entre Termos Sintagmáticos³

➤ Acordo Preventivo – Acordo *Stand-By*

- **Luiz Inácio Lula da Silva**: em dezembro de 2003 foi prorrogado até março de 2005 o <Acordo *Stand-By*> entre o Brasil e o Fundo. Em março de 2005, o governo não renovou o <Acordo Preventivo> (<*Stand-By*>) com o FMI. O Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, declarou que não foi necessário renová-lo, porque houve melhora da economia brasileira, o que diminuiu a nossa vulnerabilidade externa. (MAIA, 2006, p. 155)

➤ agência de *rating* – empresa de *rating*

<Agências de *Rating*>

Elas analisam e classificam os riscos de cada país. No Capítulo 7, "Competitividade e produtividade", no item "Classificação dos Países pelas

³ Esta classificação é bastante abrangente, merecendo um detalhamento maior a partir da divisão em outras subclassificações, o que se pretende fazer em uma futura pesquisa. No entanto, como nosso intuito aqui não é fazer uma pesquisa esmiuçada sobre a sinonímia, mas apenas ilustrar seus aspectos mais relevantes, decidimos por fazer este recorte menor. Para uma classificação formal bastante pormenorizada dos termos sinônimos da Economia, sugerimos a rica análise feita por Araújo em sua tese de doutoramento (2006).

<Empresas de *Rating*>", o leitor encontrará muitas informações sobre essas agências. (MAIA, 2006, p. 371)

Os investidores não sofisticados necessitavam de orientação, mas não dispunham dos meios utilizados pelos bancos e pelos grandes investidores, tais como cadastros, departamentos de análise etc. Em face disso surgiram as <empresas de rating> que passaram a classificar os riscos. (MAIA, 2006, p. 104)

- arbitragem direta – arbitragem simples – arbitragem sobre duas praças – arbitragem de dois pontos

Denominamos <arbitragem direta> ou <simples> aquela em que duas praças localizadas em países diferentes arbitram suas respectivas moedas nacionais. É a <**arbitragem sobre duas praças**>, também conhecida por <**arbitragem de dois pontos**>. (RATTI, 2001, p. 179)

- arbitragem indireta – arbitragem composta – arbitragem de três pontos – arbitragem triangular – arbitragem sobre três praças

Denomina-se <arbitragem indireta> ou <composta> aquela em que duas praças, localizadas em países diferentes, operam com a moeda de um terceiro país. É a chamada <**arbitragem sobre três praças**> também denominada <**arbitragem de três pontos**>. Aliás, na prática, quando se fala em arbitragem, normalmente os operadores de câmbio referem-se à <arbitragem indireta>. (RATTI, 2001, p.181)

Uma forma mais complicada de arbitragem, envolvendo três moedas e três centros financeiros, é conhecida como <**arbitragem de três pontos**>** ou <**arbitragem triangular**>. A <**arbitragem de três pontos**> envolve a troca de fundos entre três moedas, a fim de se obter um lucro com as defasagens que ocorrem na taxa de câmbio ao longo do dia.

[...]

** Também conhecida como <arbitragem indireta>. (CARBAUGH, 2004, p. 410 e nota de rodapé)

- Banco de Compensações Internacionais – Banco de Pagamentos Internacionais – Banco para Ajustes Internacionais

Nosso Banco Central, em suas publicações, traduz o nome do BIS como <**Banco de Compensações Internacionais**>. Entretanto, outros o traduzem como "<Banco de Pagamentos Internacionais>" ou "<Banco para Ajustes Internacionais>". (MAIA, 2006, p. 131)

- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial

6 <BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO> (BIRD)

Criado em 1945, o **Bird**, também conhecido como <**Banco Mundial**>, tinha como finalidade dar condições de reconstrução e desenvolvimento aos países

devastados pela guerra. Posteriormente, o Bird passou a atender preferencialmente aos países subdesenvolvidos. (MAIA, 2006, p. 140)

➤ barreira alfandegária – barreira comercial

<**Barreiras alfandegárias**>: veja **barreiras comerciais**. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 300)

<**Barreiras comerciais**>: conjunto de instrumentos que o governo adota para controlar o comércio internacional de seu país, como **tarifas, subsídios, quotas de importação, licenças de importação e controle sanitário**. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 300)

➤ câmbio comercial – câmbio de taxas livres

Com a fixação de paridades estáveis, as moedas praticamente não flutuariam. Assim, era desnecessário qualquer controle cambial. Também o sistema de taxas múltiplas deveria ser abandonado. Para explicar o que é o sistema de taxas múltiplas, tomemos por exemplo o Brasil: temos o <câmbio comercial> (o Banco Central o denomina <câmbio de taxas livres>) e o câmbio turismo (o Banco Central o denomina câmbio flutuante). (MAIA, 1995, p. 37)

➤ câmbio flutuante – câmbio turismo

Com a fixação de paridades estáveis, as moedas praticamente não flutuariam. Assim, era desnecessário qualquer controle cambial.

Também o **sistema de taxas múltiplas de câmbio** deveria ser abandonado. Para explicar o que é sistema de taxas múltiplas de câmbio, tomemos por exemplo o Brasil: temos o câmbio de taxas livres (conhecido como câmbio comercial) e o <flutuante> (conhecido como <câmbio-turismo>). Nos capítulos relativos a barreiras ao comércio exterior e a Taxas de Câmbio, analisamos esse sistema mais minuciosamente. Neles procuramos mostrar que as taxas múltiplas constituem um sistema fiscal disfarçado e distorcem os preços. (MAIA, 2006, p. 145)

➤ capital de risco a curto prazo – capital de curto prazo – capital a curto prazo – capital volátil – capital especulativo – capital errante – dinheiro de motel – dinheiro quente

8.1 <Capital de Risco a Curto Prazo>

<Capital de risco a curto prazo> é aquele que é aplicado:

- em aquisição de títulos a prazo curto, com vencimento, no máximo, de 12 meses; ou
- em bolsa, em ações ou em derivativos. Nesses casos, ele não tem a obrigação de se fixar no país por muito tempo. O investidor estrangeiro pode deixá-lo por apenas alguns minutos, como também pode mantê-lo por bastante tempo; ou
- em fundos de investimentos.

[...]

Portanto, ele não cria raízes, motivo porque é também chamado de *hot money* (<dinheiro quente>) em alusão aos objetos que não ficam nas mãos de ninguém por muito tempo.

[...]

O *hot money* é um dinheiro com domicílio temporário, que se move de um país para outro mediante instruções emitidas por computadores. Isso lhe deu a denominação de <capital errante>. (MAIA, 2006, pp. 360-361).

A movimentação de capitais pode ocorrer sob as seguintes formas: investimentos, reinvestimentos, financiamentos, amortizações, empréstimos e *hot money* (<capital de curto prazo>). [...]

O valor dos capitais movimentados diariamente ultrapassa a cifra de trilhões de dólares e o mais instável é o <capital de curto prazo> que ganhou o nome *hot money* (dinheiro que não fica nas mãos por muito tempo). Esse fato levou o senador Espiridião Amin a denominar o <capital de curto prazo> de "<**dinheiro de motel**>", que entra em busca de lucro rápido e fácil e foge quando se sacia. (MAIA, 2006, p. 70)

Achamos que houve um ponto omissivo: os países necessitam também de reserva de segurança para o *hot money* (<capital volátil>). Essa reserva deverá ser um percentual sobre o montante desse capital, que deverá variar de acordo com a situação do momento. (MAIA, 2006, p. 93)

Antônio Ermírio de Moraes declarou que o governo deveria contabilizar as reservas decorrentes de entradas de *hot money* separadamente, porque, para ele, o <capital a curto prazo> não cria reservas confiáveis. (MAIA, 2006, p. 363)

➤ capital de risco a longo prazo – investimento direto estrangeiro

8.2 <Capital de Risco a Longo Prazo>

<Capital de Risco a Longo Prazo>, como diz o próprio nome, é aquele que permanece no país por um prazo superior a 12 meses, Ele se caracteriza pelo seguinte: [...]

O <capital de risco a longo prazo> também é conhecido como <**investimento direto estrangeiro**> (IED). O FMI o define como "*recursos canalizados para outra economia com a finalidade de obter participação duradoura em outra empresa, ficando implícita a relação de longo prazo e certo grau de influência do inversionista na direção da empresa receptora*". (MAIA, 2006, pp. 364-365)

➤ carta de crédito – crédito documentário

4.3.3 <Carta de Crédito>

Esta condição, mundialmente utilizada nas operações internacionais, tem como denominação mais correta <Crédito Documentário>.

O <Crédito Documentário> é a condição de pagamento mais difundida no comércio internacional, e sua aceitação não tem encontrado qualquer resistência quanto à garantia que transmite ao exportador ou vendedor. (BIZELLI e BARBOSA, 2001. p. 64)

➤ cobrança a prazo – cobrança documentária a prazo

c) <Cobrança a prazo>

Esta operação é também intitulada de <Cobrança Documentária a prazo> e, como a cobrança à vista, contém implícito o risco. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 63)

➤ cobrança à vista – cobrança documentária à vista

b) <Cobrança à vista>

Também denominada <Cobrança Documentária à vista>, consiste na remessa da mercadoria pelo exportador e, após, na entrega dos documentos, acompanhados de um saque ou cambial a um banco o qual se encarregará de entregá-los ao importador, em seu país, mediante o pagamento. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 63)

➤ comércio exterior – comércio internacional

4 <COMÉRCIO EXTERIOR>

A troca, nos dias atuais, ultrapassou as fronteiras, tornando-se o <Comércio Internacional>. O economista Vinicius Dias de Oliveira define <Comércio Internacional> como uma via de duas mãos. Isso porque as vendas são representadas pelas exportações e as compras, pelas importações. (MAIA, 2006, p. 20)

➤ conta corrente – transações correntes

A conta <Transações Correntes> também é conhecida simplesmente por <Conta Corrente>. (MAIA, 2006, p. 83)

➤ crise cambial – crise no balanço de pagamentos

<Crise cambial>: resulta de desequilíbrios no **balanço de pagamentos** que podem induzir ao **ataque especulativo** sobre a moeda do país, levando ao esgotamento das reservas do Banco Central; o mesmo que **crise no balanço de pagamentos**. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 302)

➤ declaração de despacho de exportação – solicitação de despacho

- DDE – <Declaração de Despacho de Exportação>

Também conhecida por SD (<Solicitação de Despacho>) é um documento elaborado através de terminal Siscomex, quando a mercadoria se encontra à disposição da fiscalização aduaneira para fins de despacho. (GARCIA, 2001, p. 16)

➤ despacho aduaneiro de importação – despacho aduaneiro

O desembaraço aduaneiro é o ato final do <despacho aduaneiro> em virtude do qual é autorizada a entrega da mercadoria ao importador. Independentemente do canal para qual tenha sido selecionada a conferência, a entrega da mercadoria somente poderá ser efetuada após o registro do desembaraço no Siscomex pela autoridade aduaneira. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 148)

3.6. <Despacho Aduaneiro de Importação>

<Despacho aduaneiro de importação> é o procedimento fiscal mediante o qual se processa o desembaraço aduaneiro de mercadoria procedente do exterior, seja importada a título definitivo ou não (Decreto no. 91.030/85, artigo 411). (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 43)

➤ *drawback* interno – *drawback* verde e amarelo

7 <DRAWBACK INTERNO> (DRAWBACK VERDE E AMARELO)

O exportador adquire matéria-prima nacional para confeccionar mercadorias para a exportação. Essa matéria-prima está sujeita ao IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). Como ele comprova que se destina à exportação, a matéria-prima fica isenta do IPI. (MAIA, 2006, p. 43)

➤ equilíbrio não-cooperativo – equilíbrio de Nash

Há uma teoria refinada sobre os ganhos econômicos advindos da coordenação internacional das políticas macroeconômicas: dois ou mais países geralmente poderão atingir seus objetivos econômicos mais facilmente se estabelecerem suas políticas em conjunto do que se estas forem determinadas isoladamente. A situação alternativa, em que cada país estabelece independentemente sua própria política, supondo as políticas dos outros como dadas, é chamada de <equilíbrio não cooperativo>, também denominado <equilíbrio de Nash>. (CAVES, FRANKEL e JONES, 2001, p. 525)

➤ liberalismo moderno – governo ótimo

Atualmente, fala-se em **governo máximo** (intervencionismo), **governo mínimo** (liberalismo) e <**governo ótimo**> (liberalismo moderno). O FMI apresentou um ensaio de autoria dos economistas Vito Tanzi e Ludger Schuknecht em que o governo ótimo, para os países desenvolvidos, seria aquele em que os gastos públicos seriam de 30% do PIB. (MAIA, 2006, p. 170)

➤ mercado de câmbio a termo – mercado a termo

Nas Bolsas de Futuros (BF), são estabelecidos compromissos de se realizar uma determinada transação numa data futura, diferenciando-se dos <mercados a termo> (*forward markets*) pela possibilidade de reverter posições assumidas e pela padronização contratual. (LIMA, 1997, p. 72)

A técnica mais usual para lidar com o risco da taxa de câmbio é por meio do <**mercado de câmbio a termo**>, mercado que habilita os realizadores de negócios, após se comprometerem com uma operação, porém antes de realizarem o pagamento por ela, a se protegerem contra uma mudança na taxa de câmbio. [...] O preço recebido é estabelecido pela taxa de câmbio a termo, em vez da incerta taxa de câmbio que prevalecerá após 90 dias. (CAVES, FRANKEL e JONES, 2001, p. 441)

➤ mercado de divisas – mercado cambial

O conjunto dos agentes econômicos que transfere recursos de um país para outro forma o <mercado de divisas> ou <mercado cambial>. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 162)

➤ mercado futuro – mercado de câmbio futuro

Além do mercado de câmbio a termo, há também um dinâmico <mercado de câmbio futuro>. Como um contrato a termo, um contrato futuro é um compromisso para comprar moeda estrangeira no futuro. Uma diferença é que na compra de um contrato futuro um depósito deve ser feito. Então, a cada dia, o contrato é "comparado ao mercado". Isto significa que, por exemplo, se a taxa de mercado flutuar na direção errada, o investidor recebe uma chamada de margem exigindo o pagamento de qualquer perda. Um contrato a termo, ao contrário, não precisa ser ajustado até o seu vencimento. (CAVES, FRANKEL e JONES, 2001, p. 446)

Há, todavia, outra possibilidade, o importador poderia comprar US\$100.000 para entrega em 28 de dezembro, no mercado de câmbio a termo, em uma operação conhecida como *hedge*, que consiste em assumir o compromisso de comprar ou vender certa mercadoria, numa data futura predeterminada, a um preço previamente definido. Na prática, as operações de hedge objetivam proteger o importador do risco cambial. Em nosso exemplo, a mercadoria é uma divisa, o dólar. A taxa de câmbio usada numa operação futura como essa é determinada no mercado a termo, ou <mercado futuro>, que funciona exatamente como o mercado de câmbio à vista: de um lado estão os compradores que precisam das divisas numa data futura e, de outro, os vendedores de divisas, que podem entregá-las nessa mesma data. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 186)

➤ moeda básica – moeda de reserva

Durante os séculos XIX e XX, duas moedas nacionais em particular obtiveram relevância como um meio de financiamento das transações internacionais. Essas moedas, o dólar norte-americano e a libra britânica, são consideradas <moedas de reserva> (ou <moedas básicas>), porque as nações que realizam intercâmbio têm-se disponibilizado tradicionalmente em mantê-las como reservas internacionais. (CARBAUGH, 2004, pp. 557-558)

➤ paridade do poder de compra – lei do preço único

A teoria da <paridade do poder de compra> (PPC) da moeda, ou <lei do preço único>, afirma que mercadorias iguais têm preços equivalentes em qualquer local, desde que não haja barreiras comerciais entre os países em questão, descontando-se os custos de seguro e transporte. Devido às imperfeições de mercado, raramente verifica-se a versão absoluta da PPC da moeda. No entanto, alguns países administram suas taxas de câmbio de acordo com a versão relativa da PPC da moeda, segundo a qual as variações na taxa de câmbio devem ser iguais à diferença entre as variações de preços doméstica e internacional. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 180)

➤ paridade monetária – paridade legal – par metálico

<Paridade monetária> também denominada <paridade legal> ou <par metálico> vem a ser o valor de uma moeda em relação a outra, baseando-se esse valor apenas nas quantidades de metal precioso contidas nessas moedas ou equivalentes a elas. Em outras palavras, vem a ser uma relação entre os padrões de duas moedas. (RATTI, 2001, p. 144)

➤ porto franco – porto livre

Denomina-se <porto franco> ou <porto livre>, aquele onde o governo abre mão de todas as suas prerrogativas fiscais ou aduaneiras. Vem a ser uma espécie de área internacional, livre para o comércio exterior, encravada na orla marítima de uma nação, onde os navios podem entrar, descarregar ou carregar produtos, sem estarem sujeitos à inspeção aduaneira ou ao pagamento de direitos. (RATTI, 2001, p. 413)

➤ porto seco – porto seco livre – estação aduaneira interior

3.9.1.2 <Estação Aduaneira Interior> (Eadi)

São terminais instalados em região onde houver expressiva concentração de carga de importação ou destinada à exportação, cuja permissão de funcionamento depende de processo licitatório realizado pela SRF.

A Eadi, também conhecida como <porto seco>, destina-se exclusivamente a receber, sob controle fiscal, mercadoria importada ou a exportar, podendo nela ser executados todos os serviços aduaneiros, incluindo os de processamento de despacho. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 52)

A zona franca pode ser localizada no interior do país, onde não há portos fluviais ou marítimos; nesse caso, é conhecida como <porto seco livre>. No Brasil, há 30 <portos secos>, incluindo aeroportos que também funcionam como <portos secos> (O Estado de S. Paulo, 27-5-2000). (MAIA, 2006, p. 28)

➤ prêmio de risco cambial – prêmio de risco

O <Prêmio de Risco Cambial>

A interpretação do <prêmio de risco> diz que, quando a libra está sendo vendida com desconto futuro, isso deve estar ocorrendo devido aos investidores considerarem a posse da libra mais arriscada que a de outras moedas, e por isso eles exigem compensação extra para possuí-la. (CAVES, FRANKEL e JONES, 2001, p. 587)

➤ regime de câmbio fixo – regime cambial fixo

Em um <regime cambial fixo>, o Banco Central fixa o preço de uma moeda estrangeira em moeda nacional. A autoridade monetária garante a conversão da moeda estrangeira em nacional, e vice-versa, àquele preço. Todas as transações com o exterior, que envolvam entrada e saída de divisas, obedecerão à taxa de câmbio fixa para converter as moedas. (CARVALHO e SILVA, p. 164)

O <regime de câmbio fixo> era prática comum no passado, sendo adotado por todos os países filiados ao Fundo Monetário Internacional, inclusive o Brasil. Atualmente, continua sendo adotado em muitos países, destacando-se a união Européia. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 166)

➤ risco soberano – risco político

Nos mercados internacionais há dois tipos de <riscos>: o comercial e o político. O **comercial** é o risco atribuído a cada empresa; é, portanto, de natureza

microeconômica. O <político> é o risco atribuído a cada país; é, portanto, de natureza macroeconômica. O <risco político> é também conhecido como <risco soberano>. (MAIA, 2006, p. 105)

➤ saque limpo – cobrança limpa – saque careca

Poderá ocorrer, ainda, que o exportador remeta a documentação de embarque (fatura, conhecimento de embarque, apólice de seguro etc.) diretamente ao importador, enviando em cobrança apenas um saque, com vencimento à vista. Essa modalidade de cobrança é conhecida como <saque limpo> ou <cobrança limpa>. Internacionalmente é denominada *clean draft* ou *clean collection*. (RATTI, 2001, p. 87)

O exportador pode remeter o jogo de documentos diretamente ao importador, enviando para cobrança, através de um banco, apenas o saque. Isso ocorre quando há necessidade de se retirar a mercadoria com urgência, na alfândega. Esse tipo de cobrança é conhecido internacionalmente por *clean draft* ou "saque limpo". Na gíria bancária é o "<saque careca>". (MAIA, 2006, p. 278)

➤ taxa cambial – taxa de câmbio

<Taxa de câmbio>: quando o governo mantém o controle do câmbio (monopólio cambial), eleva a <taxa cambial> para encarecer a mercadoria importada, tornando-a proibitiva. Tem muita semelhança com a barreira alfandegária. No Capítulo 22, "<Taxa de câmbio>", deste livro, tratamos minuciosamente se <taxas de câmbio>. (MAIA, 2006, pp. 167- 168)

➤ taxa cruzada de câmbio – taxa cruzada

<TAXAS CRUZADAS> (CROSS RATES)

Por meio de um exemplo, torna-se muito fácil entender o que é cross rates: suponhamos que um operador de câmbio queira saber a equivalência do franco suíço com o euro. Ocorre que ele só dispõe da taxa do euro em relação ao dólar.

[...]

Portanto, a *cross rate* é a cotação de duas moedas com base numa terceira. Ela é muito utilizada pelos operadores de câmbio, que se baseiam nas taxas de moedas estrangeiras vigentes no mercado de Nova York. (MAIA, 2006, p. 314)

A maioria das tabelas de cotações de taxas de câmbio indica valores de moedas em relação ao dólar dos Estados Unidos, independentemente do país onde a cotação é fornecida. No entanto, existem diversas ocasiões nas quais o dólar dos Estados Unidos não toma parte em uma transação de câmbio. Em tais casos, as pessoas envolvidas precisam obter a cotação de uma taxa relativa a duas outras moedas. Como exemplo, se um importador britânico precisa de francos para adquirir relógios suíços, a taxa de câmbio de seu interesse é a do franco suíço em relação à libra esterlina. A taxa de câmbio entre duas moedas (como o franco e a libra) pode ser obtida das taxas dessas duas moedas em relação a uma terceira moeda (o dólar). A taxa resultante é denominada <taxa cruzada de câmbio>. (CARBAUGH, 2004, p. 399)

➤ taxa nominal de câmbio – taxa de câmbio nominal

PPC: Definições

Paridade do poder de compra, ou **PPC**, é simplesmente o nome para a seguinte equação:

$$P = E.P^*$$

em que E é a <taxa nominal de câmbio>, e P e P* são os níveis de preços domésticos e estrangeiros, respectivamente. (CAVES, FRANKEL e JONES, 2001, p. 363)

A <taxa de câmbio nominal> é simplesmente aquela expressa em unidades monetárias. No exemplo, tratamos de variações na <taxa de câmbio nominal>. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 171)

➤ taxa real de câmbio – taxa de câmbio real

Considere a <taxa real de câmbio>, definida em relação aos índices de preços ao consumidor. (CAVES, FRANKEL e JONES, 2001, p. 367)

A <taxa de câmbio real>, por sua vez, expressa o poder de compra da moeda nacional envolvida em transações externas. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 171)

➤ terminal retroportuário – terminal retroportuário alfandegado – estação aduaneira

3.9.2. <Terminal Retroportuário> (TRA)

<Terminal Retroportuário Alfandegado> é a instalação situada em área contígua a de porto organizado ou instalação portuária, a título permanente, assim entendida aquela localizada no perímetro de cinco quilômetros dos limites da zona primária, onde são realizadas as operações, sob controle aduaneiro, com cargas de importação e exportação. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 52)

Para a execução dos serviços aduaneiros, poderão ser alfandegados terminais de uso público, denominados <Estações Aduaneiras> ou <Terminais Retroportuários>, destinados à movimentação e armazenagem de mercadorias que estejam sob controle aduaneiro, não localizados em área de porto ou aeroporto. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 50)

➤ transferências unilaterais – transferências não-retribuídas – transferências gratuitas

2 <TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS>

Essa rubrica registra operações que não criam, em contrapartida, obrigações, isto é, o país que recebe a moeda não precisa dar nada de volta, o que não ocorre com a importação e a exportação. Assim, donativos, remessas para manutenção de residentes no país, reparações de guerra, auxílio a instituições beneficentes ou religiosas são considerados <transferências unilaterais>.

O Prof. Sebastião Garcia Freitas denomina-as <gratuitas>, sendo que algumas são gratuitas e também compulsórias,. É o caso das remessas relativas a reparações de guerra.

O FMI classifica essas operações como *unrequited transfers*, ou seja, <transferências não-retribuídas>. As ajudas dos países do Primeiro Mundo para os do Terceiro Mundo são registradas nessa rubrica. (MAIA, 2006, p. 22)

6.4 Quase-Sinonímia entre Termo Sintagmático Vernáculo e Termo Acronímico Vernáculo

➤ acordo voluntário de restrição às exportações – AVRE

<ACORDOS VOLUNTÁRIOS DE RESTRIÇÃO ÀS EXPORTAÇÕES> (<AVRE>)

Após a Segunda Guerra Mundial, os compromissos multilaterais, assumidos sob os auspícios do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), retiraram graus de liberdade da política comercial das partes contratantes. No entanto, os governos continuaram sujeitos a toda sorte de pressões para defender os interesses protecionistas de setores específicos. A criação dos <acordos voluntários de restrição às exportações> (<AVRE>) foi a alternativa encontrada pelos países subdesenvolvidos para possibilitar aos governos atender a essas demandas, sem agredir diretamente os compromissos assumidos. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 73)

➤ Área de Livre Comércio das Américas – Alca

A pretensão da <Área de Livre Comércio das Américas> (<Alca>) é criar futuramente uma zona de livre comércio que englobe toda a América, exceto Cuba. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 256)

➤ Associação Internacional de Desenvolvimento – AID

12.2.5 <Associação Internacional de Desenvolvimento> (<AID>)

A <Associação Internacional de Desenvolvimento>, outro organismo filiado ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, iniciou suas atividades em setembro de 1960, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, incrementar a produtividade, e, desse modo, elevar o nível de vida das regiões menos desenvolvidas. (RATTI, 2001, p. 275)

➤ Associação Latino-Americana de Integração – Aladi

<Aladi> é a <Associação Latino-Americana de Integração>, cujos países-membros adotam preferências tarifárias para um grande número de produtos, quando comercializados entre si. (GARCIA, 2001, p. 127)

➤ Banco Mundial – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Bird

6 BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BIRD)

Criado em 1945, o <Bird>, também conhecido como <Banco Mundial>, tinha como finalidade dar condições de reconstrução e desenvolvimento aos países devastados pela guerra. Posteriormente, o <Bird> passou a atender preferencialmente aos países subdesenvolvidos. (MAIA, 2006, p. 140)

➤ Banco para Ajustes Internacionais – BAI

12.4 Banco para Ajustes Internacionais (<BAI>)

O <Banco para Ajustes Internacionais> (*Bank for International Settlements*) é uma instituição financeira regional, fundada em 17 de maio de 1930, com sede em Basileia, Suíça. É também conhecido como Banco de Compensações Internacionais. Muitos o consideram uma espécie de "banco central dos bancos centrais". (MAIA, 2006, p. 281)

➤ barreira não-tarifária – BNT

As <barreiras não-tarifárias> correspondem a restrições impostas pelo funcionamento normal da burocracia e nem sempre visam reduzir a importação. Observe-se que a maioria das formas de proteção mencionadas acima não envolve tarifas, mas o termo <barreiras não-tarifárias> (<BNT>) tem sido empregado para designar restrições relacionadas a regulamentos sanitários e de saúde, normas técnicas, padrões de segurança, dificuldades relativas à documentação, inspeção e outras práticas que podem dificultar ou mesmo impedir o comércio. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 73)

➤ bolsa de futuros – BF

Nas <Bolsas de Futuros> (<BF>), são estabelecidos compromissos de se realizar uma determinada transação numa data futura, diferenciando-se dos mercados a termo (*forward markets*) pela possibilidade de reverter posições assumidas e pela padronização contratual. (LIMA, 1997, p. 72)

➤ Câmara de Comércio Internacional – CCI

A <Câmara de Comércio Internacional> (<CCI>), ficou com o papel de tentar padronizar esses termos, para adaptá-los à maioria da legislação dos países mais importantes no comércio internacional. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 45)

➤ Câmara do Comércio Exterior – Camex

2.2.2 <Câmara do Comércio Exterior> – Camex

Objetivo: Formular as políticas e coordenar as atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços. (VAZQUEZ, 2001, p. 32)

➤ certificado de depósito – CD

Por exemplo, diversos bancos importantes em Londres oferecem <certificados de depósito> (<CDs>) expressos em DESs. A principal atração dos <CDs> expressos em DESs é oferecer aos investidores um instrumento financeiro menos suscetível à flutuação da taxa de câmbio do que os ativos financeiros expressos em uma determinada moeda. (CARBAUGH, 2004, p. 564)

➤ Comunidade Econômica Européia – CEE

As mercadorias são classificadas na Balança Comercial por códigos numéricos. Hoje em dia, a maioria dos países usa o código NAB (Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas), criado inicialmente para ser usado pela CEE (<Comunidade Econômica Européia>). (MAIA, 2006, p. 76)

➤ conta corrente – transações correntes – CC

As **contas do balanço de pagamentos** de uma nação são o registro estatístico de todas as transações econômicas que ocorrem entre seus residentes e o resto do mundo. Estas, como mostra a Tabela 15.1, podem ser adequadamente divididas em três contas. Em primeiro lugar, a <conta corrente> (<CC>) é o registro do comércio de bens e serviços e de outras transações correntes, não incluindo as transações referentes ao comércio de ativos, que são obrigações referentes ao futuro. (CAVES, FRANKEL e JONES, 2001, p. 276)

➤ Corporação Financeira Internacional – CFI

5 O BIRD E O GRUPO BANCO MUNDIAL

Inicialmente havia apenas o **Bird** (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento). Com o correr dos anos foram criados outros organismos, subordinados ao Bird, formando o **Grupo Banco Mundial**.

Ei-los:

[...]

- <Corporação Financeira Internacional> (<CFI>): A <CFI> foi criada em 1956 e, em 2005, tinha 175 membros. Tem como objetivo fornecer recursos para empresas privadas. (MAIA, 2006, p. 140)

➤ declaração de despacho de exportação – DDE

- <DDE> – <Declaração de Despacho de Exportação>

Também conhecida por SD (Solicitação de Despacho) é um documento elaborado através de terminal Siscomex, quando a mercadoria se encontra à disposição da fiscalização aduaneira para fins de despacho. (GARCIA, 2001, p. 16)

➤ declaração de importação – DI

O despacho aduaneiro de importação inicia-se com o registro pelo Siscomex da <Declaração de Importação> (<DI>), junto à repartição fiscal competente. (VAZQUEZ, 1999, p. 83)

➤ declaração simplificada de exportação – DSE

- <DSE> – <Declaração Simplificada de Exportação>

Criada pela Instrução Normativa SRF no. 155, de 22/ 12/ 99, permitindo agilizar o desembaraço aduaneiro de operações que especifica. (GARCIA, 2001, p. 16)

➤ direitos especiais de saque – DES

<DIREITOS ESPECIAIS DE SAQUE>

Os problemas de liquidez e confiança do padrão-ouro de câmbio que resultaram da dependência ao dólar e do ouro como moedas internacionais levaram à criação, pelo FMI, de um novo ativo de reserva, denominado **<Direito Especial de Saque>** (**<DES>**). (CARBAUGH, 2004, p. 563)

➤ empresa multinacional – EMN

Embora o termo empresa possa ser definido precisamente, não existe concordância geral sobre a definição exata de **<empresa multinacional>** (**<EMN>**). Porém, observando-se de perto algumas **<EMNs>** representativas, temos a impressão de que essas entidades possuem algumas características identificáveis. (CARBAUGH, 2004, p. 332)

➤ estação aduaneira de fronteira – EAF

3.9.1.1 <Estação Aduaneira de Fronteira> (**<EAF>**)

A **<Estação Aduaneira de Fronteira>** deve ser instalada em imóvel da União e ser administrada pela Secretaria da Receita Federal ou por empresa habilitada como permissionária. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 51)

➤ Estação Aduaneira Interior – Eadi

3.9.1.2 <Estação Aduaneira Interior> (**<Eadi>**)

São terminais instalados em região onde houver expressiva concentração de carga de importação ou destinada à exportação, cuja permissão de funcionamento depende de processo licitatório realizado pela SRF.

A **<Eadi>**, também conhecida como porto seco, destina-se exclusivamente a receber, sob controle fiscal, mercadoria importada ou a exportar, podendo nela ser executados todos os serviços aduaneiros, incluindo os de processamento de despacho. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 52)

➤ Fundo Monetário Internacional – FMI

A Conferência de Bretton Woods estabeleceu medidas que foram fundamentais para o crescimento da Economia Internacional. Entre elas, destacamos a criação do Banco Mundial (Bird) e do **<Fundo Monetário Internacional>** (**<FMI>**). (MAIA, 2006, p. 136)

➤ investimento direto estrangeiro – IED

O capital de risco a longo prazo também é conhecido como **<investimento direto estrangeiro>** (**<IED>**). O FMI o define como "*recursos canalizados para outra economia com a finalidade de obter participação duradoura em outra empresa, ficando implícita a relação de longo prazo e certo grau de influência do inversionista na direção da empresa receptora*". (MAIA, 2006, pp. 364-365)

➤ Mercado Comum do Sul – Mercosul

A crença de que o esforço conjunto dos países teria a capacidade de ampliar os mercados levou à criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), sucedida pela Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e pelo <Mercado Comum do Sul> (<Mercosul>). (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 254)

➤ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

No Brasil, a defesa comercial tem início quando produtores nacionais ou suas entidades de classe formalizam petição junto ao Departamento de Defesa Comercial (Decom), órgão pertencente à Secretaria do Comércio Exterior (Secex), do <Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior> (<MDIC>). (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 107)

➤ Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas – NAB

As mercadorias são classificadas na Balança Comercial por códigos numéricos. Hoje em dia, a maioria dos países usa o código <NAB> (<Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas>), criado inicialmente para ser usado pela CEE (Comunidade Econômica Européia). (MAIA, 2006, p. 76)

➤ Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE

<Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico> (<OCDE>): criada em 1961 para incentivar o crescimento econômico, emprego e estabilidade econômica de seus membros, procura estimular o desenvolvimento econômico e o crescimento do comércio internacional; formada por 24 países, substituiu a Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE), com a adesão dos Estados Unidos e do Canadá. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 309)

➤ Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP

A <Organização dos Países Exportadores de Petróleo>

Começamos pelo cartel mais conhecido e mais bem-sucedido da história, a <Organização dos Países Exportadores de Petróleo> (<OPEP>). Pelo menos desde 1973, a <OPEP> manteve o preço do petróleo bruto bem acima do que prevaleceria num mercado competitivo. (CAVES, FRANKEL e JONES, 2001, p. 209)

➤ Organização Internacional do Trabalho – OIT

Completando as informações anteriores, registramos dados constantes do Relatório Mundial da <Organização Internacional do Trabalho> (<OIT>), divulgado em dezembro de 2004. (MAIA, 2006, pp. 116-117)

➤ Organização Mundial do Comércio – OMC

Com a criação da <OMC> (<Organização Mundial do Comércio>), as barreiras ao livre comércio estão sendo gradativamente eliminadas. Com isso, dia-a-dia, o mundo vai-se transformando num só mercado, o **mercado global**. Essa situação favorece as grandes empresas, porque elas têm produção em larga escala, o que reduz custos e torna-se mais competitivas. (BIZELLI e BARBOSA, 2006, p. 112)

➤ paridade do poder de compra – PPC

<**Paridade do poder de compra**>, ou <**PPC**>, é simplesmente o nome para a seguinte equação:

$$P = E.P^*$$

em que E é a taxa nominal de câmbio, e P e P* são os níveis de preços domésticos e estrangeiros, respectivamente. (CAVES, FRANKEL e JONES, 2001, p. 363)

➤ Programa de Financiamentos às Exportações – PROER

Diante desses números, nossas autoridades introduziram modificações no <Programa de Financiamentos às Exportações> (<PROER>) para incentivar pequenas e médias empresas para exportar. (MAIA, 2006, p. 46)

➤ registro de exportação – RE

Desde então, todas as demais instituições financeiras, bem como os exportadores, importadores, despachantes aduaneiros, comissários, transportadores e outras entidades interessadas e autorizadas, obtiveram a oportunidade de acessar o sistema e efetuar <Registros de Exportação> (<RE>). (VAZQUEZ, 1999, p. 25)

➤ registro de exportação simplificado – RES – Simplex

- <RES> – <Registro de Exportação Simplificado>

Também denominado de <Simplex>, é uma alternativa criada através do Comunicado Decex no. 25, de 04/ 09/ 98, para emprego nas exportações de até US\$ 10 mil ou seu equivalente em outras moedas, dispensando a contratação de câmbio, substituindo-a pelo "boleto". (GARCIA, 2001, p. 16)

➤ registro de operação de crédito – RC

- <RC> – <Registro de Operação de Crédito>

Obrigatório para as operações cujo prazo concedido para pagamento, ao importador, superar a 180 dias da data do embarque da mercadoria para o exterior. Este registro é feito antes do RE. (GARCIA, 2001, p. 15)

➤ registro de venda – RV

- <RV> – <Registro de Venda>

Utilizado para operações cujos produtos são negociados em bolsas, ou seja, commodities, antecedendo o Registro de Exportação - RE. (GARCIA, 2001, p. 15)

➤ restrição voluntária às exportações – RVE

Esses controles são conhecidos como <restrições voluntárias às exportações> (<RVEs>); algumas vezes elas são suplementadas por controles de importação para assegurar que as restrições são eficazes. (CARBAUGH, 2004, p. 173)

➤ Secretaria do Comércio Exterior – Secex

No Brasil, a defesa comercial tem início quando produtores nacionais ou suas entidades de classe formalizam petição junto ao Departamento de Defesa Comercial (Decom), órgão pertencente à <Secretaria do Comércio Exterior> (<Secex>), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 107)

➤ Sistema Integrado de Comércio Exterior – Siscomex

3.6. <Siscomex> (<Sistema Integrado de Comércio Exterior>)

O Siscomex é o instrumento administrativo que integra as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, mediante fluxo único, computadorizado, de informações. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 43)

➤ Sistema Monetário Europeu – SME

Alguns economistas avessos à alta variabilidade das taxas de câmbio flutuantes, mas que reconhecem que as taxas de câmbio fixas não são uma alternativa operacional para os grandes países industrializados, propõem a adoção de um sistema de zonas-alvo para o dólar, para o iene e para as moedas correntes européias, com certa semelhança ao <SME> (<Sistema Monetário Europeu>). (CAVES, FRANKEL e JONES, 2001, p. 558)

➤ Solicitação de Despacho – SD

- DDE – Declaração de Despacho de Exportação

Também conhecida por <SD> (<Solicitação de Despacho>) é um documento elaborado através de terminal Siscomex, quando a mercadoria se encontra à disposição da fiscalização aduaneira para fins de despacho. (GARCIA, 2001, p. 16)

➤ Tarifa Externa Comum – TEC

Até o momento, no entanto, enquadra-se melhor na categoria "união aduaneira", mesmo assim incompleta por ainda persistirem listas de exceções à <Tarifa Externa Comum> (<TEC>). (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 256)

➤ Terminal Retroportuário Alfandegado – TRA

3.9.2. <Terminal Retroportuário> (<TRA>)

<Terminal Retroportuário Alfandegado> é a instalação situada em área contígua a de porto organizado ou instalação portuária, a título permanente, assim entendida aquela localizada no perímetro de cinco quilômetros dos limites da zona primária, onde são realizadas as operações, sob controle aduaneiro, com cargas de importação e exportação. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 52)

➤ transações oficiais de reservas – TOR

As **contas do balanço de pagamentos** de uma nação são o registro estatístico de todas as transações econômicas que ocorrem entre seus residentes e o resto do mundo, Estas, como mostra a Tabela 15.1, podem ser adequadamente divididas em três contas. [...] Se o comprador ou vendedor do ativo for um banco central - ou seja, a autoridade monetária do governo do próprio, ou de outro, país - então a transação aparece nas contas das **<transações oficiais de reservas> (<TOR>)**. (CAVES, FRANKEL e JONES, 2001, p. 276)

➤ União Européia – UE

Nessa conjuntura, algumas nações da Europa Ocidental deram os primeiros passos em seu processo de integração, que resultaria na atual União Européia (<UE>). (CARVALHO e SILVA, p. 253)

➤ zona de processamento de exportação – ZPE

São ainda consideradas como Zona Primária, para fins de controle aduaneiro, as áreas de livre comércio caracterizadas como <Zonas de Processamento de Exportação> (<ZPE>), destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados com o exterior. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 42)

6.5 Quase-Sinonímia entre Termos Acronímicos Vernáculos

➤ DDE – SD

- <DDE> - Declaração de Despacho de Exportação

Também conhecida por <SD> (Solicitação de Despacho) é um documento elaborado através de terminal Siscomex, quando a mercadoria se encontra à disposição da fiscalização aduaneira para fins de despacho. (GARCIA, 2001, p. 16)

➤ RES – Simplex

- <RES> - Registro de Exportação Simplificado

Também denominado de <Simplex>, é uma alternativa criada através do Comunicado Decex no. 25, de 04/ 09/ 98, para emprego nas exportações de até US\$ 10 mil ou seu equivalente em outras moedas, dispensando a contratação de câmbio, substituindo-a pelo "boleto". (GARCIA, 2001, p. 16)

6.6 Quase-Sinonímia entre Termo Simples Vernáculo e Termo Sintagmático Estrangeiro

➤ Romaneio – Packing List

Utiliza-se o <romaneio>, <Packing List> ou Lista de Embalagem, para o embarque de mercadorias que se encontram acondicionadas em mais de um volume ou em um único volume que contenha variados tipos de produtos. (GARCIA, 2001, p. 119)

6.7 Quase-Sinonímia entre Termo Sintagmático Vernáculo e Termo Sintagmático Estrangeiro

➤ Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – *General Agreement on Tariffs and Trade*

<*General Agreement on Tariffs and Trade*> (Gatt – <Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio>): documento assinado por 23 países, em 1947, com o objetivo de reduzir as **barreiras comerciais** entre eles, aumentar sua interdependência e, com isso, diminuir os riscos de um novo conflito mundial; com o tempo, muitos outros países aderiram ao Acordo que, até a criação da **OMC**, era a instância de negociação sobre questões comerciais. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 306)

➤ Câmara de Comércio Internacional – *Internacional Chamber of Commerce*

A <International Chamber of Commerce>, ou simplesmente <Câmara de Comércio Internacional>, recomenda, via Incoterms, as regras que devem pautar um contrato internacional. (VAZQUEZ, 1999, p. 36)

➤ câmbio pronto – operações à vista – *spot exchange*

As <operações à vista> são conhecidas por <câmbio pronto>. Internacionalmente são chamadas de <*spot exchange*>. Devem ser liquidadas dentro de até dois dias úteis e contra pagamento. Nas compras, quem paga é o banco; nas vendas, o cliente. Exemplo de compra à vista é a entrada de capital estrangeiro, e de venda à vista é o retorno desse capital. (MAIA, 2006, pp. 262-263)

- capital de risco a curto prazo – capital de curto prazo – capital a curto prazo – capital volátil – capital especulativo – capital errante – dinheiro de motel – dinheiro quente – *hot money*

8.1 <Capital de Risco a Curto Prazo>

<Capital de risco a curto prazo> é aquele que é aplicado:

- em aquisição de títulos a prazo curto, com vencimento, no máximo, de 12 meses; ou
- em bolsa, em ações ou em derivativos. Nesses casos, ele não tem a obrigação de se fixar no país por muito tempo. O investidor estrangeiro pode deixá-lo por apenas alguns minutos, como também pode mantê-lo por bastante tempo; ou
- em fundos de investimentos.

[...]

Portanto, ele não cria raízes, motivo porque é também chamado de <*hot money*> (<dinheiro quente>) em alusão aos objetos que não ficam nas mãos de ninguém por muito tempo.

[...]

O <*hot money*> é um dinheiro com domicílio temporário, que se move de um país para outro mediante instruções emitidas por computadores. Isso lhe deu a denominação de <capital errante>. (MAIA, 2006, pp. 360-361)

A movimentação de capitais pode ocorrer sob as seguintes formas: investimentos, reinvestimentos, financiamentos, amortizações, empréstimos e <*hot money*> (<capital de curto prazo>). [...]

O valor dos capitais movimentados diariamente ultrapassa a cifra de trilhões de dólares e o mais instável é o <capital de curto prazo> que ganhou o nome <*hot money*> (dinheiro que não fica nas mãos por muito tempo). Esse fato levou o senador Espiridião Amin a denominar o <capital de curto prazo> de "<**dinheiro de motel**>", que entra em busca de lucro rápido e fácil e foge quando se sacia. (MAIA, 2006, p. 70)

Achamos que houve um ponto omissivo: os países necessitam também de reserva de segurança para o <*hot money*> (<capital volátil>). Essa reserva deverá ser um percentual sobre o montante desse capital, que deverá variar de acordo com a situação do momento. (MAIA, 2006, p. 93)

Antônio Ermírio de Moraes declarou que o governo deveria contabilizar as reservas decorrentes de entradas de <*hot money*> separadamente, porque, para ele, o <capital a curto prazo> não cria reservas confiáveis. (MAIA, 2006, p. 363)

- carta de crédito rotativa – *revolving letter of credit*

4.12 <Carta de Crédito Rotativa>

É comum um importador comprar periodicamente a mesma mercadoria. Nesse caso, em vez de abrir uma carta de crédito para cada compra, ele poderá abrir somente uma, denominada "<carta de crédito rotativa>". Por meio dela, ele determina as datas de cada embarque e o valor respectivo.

No comércio internacional, ela também é chamada de <*revolving letter of credit*>. (MAIA, 2006, p. 284)

- Direitos Especiais de Saque – *Special Drawing Rights* – SDR

2 <Direitos Especiais de Saques> (DES)

Os DES, conhecidos internacionalmente por <SDR> (<*Special Drawing Rights*>), foram idealizados em 1967. Entretanto, somente em 1969 foi formalizada a

criação dos DES e, finalmente, em 1970 teve início a primeira distribuição desses direitos. (MAIA, 2006, p. 151)

➤ empresa comercial exportadora – *trading company*

Dos canais de distribuição participantes na exportação, a <*trading company*> se sobressai como um dos mais importantes, uma vez que a venda feita pelo fabricante/ produtor apesar de ter o tratamento fiscal idêntico àquela feita ao interveniente, traz a característica de ser conduzida como empresa de porte médio para grande, deixando transparecer um fator adicional de segurança no negócio.

Este tipo de empresa possui certas características peculiares que lhes são atribuídas pelo Decreto-Lei no. 1.248/ 72, que a intitula de "<Empresa Comercial Exportadora>". (GARCIA, 2001, p. 37)

➤ flutuação suja – *dirty floating*

Note-se, porém, que embora as taxas cambiais possam ser fixadas livremente no mercado, o Banco Central tem plena liberdade de intervir na formação delas quando julgar conveniente. Como é o grande detentor de divisas, interfere no mercado comprando ou vendendo moeda. É o que se denomina <*dirty floating*> (<flutuação suja>). (RATTI, 2001, p. 245)

➤ governo mínimo – *laissez-faire*

Diante disso, o liberalismo só pode existir nas democracias, em que há mais ampla liberdade individual. O liberalismo também é conhecido como a doutrina do <*laissez-faire*> (o Estado deixa de fazer); no comércio exterior, é também denominado **Livre-cambismo**. (MAIA, 2006, p. 164)

Atualmente, fala-se em **governo máximo** (intervencionismo), <**governo mínimo**> (liberalismo) e **governo ótimo** (liberalismo moderno). (MAIA, 2006, p. 170)

➤ Instituto Internacional para Desenvolvimento Administrativo – *International Institute for Management Development*

IMD (<INSTITUTO INTERNACIONAL PARA DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO>)

O IMD (<*International Institute for Management Development*>), com sede em Lausanne, na Suíça publica periodicamente relatórios sobre a competitividade. Ele a define como a capacidade de um país produzir, proporcionalmente, mais riquezas que seus competidores nos mercados mundiais. (MAIA, 2006, p. 102)

➤ lista de embalagem – *packing list*

Utiliza-se o romaneio, <*Packing List*> ou <Lista de Embalagem>, para o embarque de mercadorias que se encontram acondicionadas em mais de um volume

ou em um único volume que contenha variados tipos de produtos. (GARCIA, 2001, p. 119)

➤ mercado a termo – *forward market*

Nas Bolsas de Futuros (BF), são estabelecidos compromissos de se realizar uma determinada transação numa data futura, diferenciando-se dos <mercados a termo> (<*forward markets*>) pela possibilidade de reverter posições assumidas e pela padronização contratual. (LIMA, 1997, p. 72)

➤ primeira *tranche* – *first credit tranche*

<**Primeira tranche**>: o solicitante entrega moeda nacional e recebe divisas ou Direitos Especiais de Saques (DES). A <primeira tranche> é limitada a 25% de sua quota e, na realidade, é o valor da quota-ouro depositado por esse país quando ingressou no FMI. Por esse motivo, foi inicialmente chamada *gold tranche* (tranche ouro); seu nome agora é <**first credit tranche**>. A <primeira tranche> pode ser sacada a qualquer momento. Posteriormente, o solicitante devolve as divisas recebidas (ou DES recebidos), liquidando o financiamento obtido. Nessa ocasião, também o FMI devolve a moeda nacional que tinha sido entregue pelo solicitante. (MAIA, 2006, pp. 146 e 147)

➤ saque limpo – saque careca – cobrança limpa – *clean draft* – *clean collection*

Poderá ocorrer, ainda, que o exportador remeta a documentação de embarque (fatura, conhecimento de embarque, apólice de seguro etc.) diretamente ao importador, enviando em cobrança apenas um saque, com vencimento à vista. Essa modalidade de cobrança é conhecida como <**saque limpo**> ou <**cobrança limpa**>. Internacionalmente é denominada <*clean draft*> ou <*clean collection*>. (RATTI, 2001, p. 87)

O exportador pode remeter o jogo de documentos diretamente ao importador, enviando para cobrança, através de um banco, apenas o saque. Isso ocorre quando há necessidade de se retirar a mercadoria com urgência, na alfândega. Esse tipo de cobrança é conhecido internacionalmente por <*clean draft*> ou "<**saque limpo**>". Na gíria bancária é o "<**saque careca**>". (MAIA, 2006, p. 278)

➤ taxa cruzada de câmbio – taxa cruzada – *cross rate*

<**TAXAS CRUZADAS**> (<**CROSS RATES**>)

Por meio de um exemplo, torna-se muito fácil entender o que é <cross rates>: suponhamos que um operador de câmbio queira saber a equivalência do franco suíço com o euro. Ocorre que ele só dispõe da taxa do euro em relação ao dólar.
[...]

Portanto, a <*cross rate*> é a cotação de duas moedas com base numa terceira. Ela é muito utilizada pelos operadores de câmbio, que se baseiam nas taxas de moedas estrangeiras vigentes no mercado de Nova York. (MAIA, 2006, p. 314)

A maioria das tabelas de cotações de taxas de câmbio indica valores de moedas em relação ao dólar dos Estados Unidos, independentemente do país onde a cotação é fornecida. No entanto, existem diversas ocasiões nas quais o dólar dos

Estados Unidos não toma parte em uma transação de câmbio. Em tais casos, as pessoas envolvidas precisam obter a cotação de uma taxa relativa a duas outras moedas. Como exemplo, se um importador britânico precisa de francos para adquirir relógios suíços, a taxa de câmbio de seu interesse é a do franco suíço em relação à libra esterlina. A taxa de câmbio entre duas moedas (como o franco e a libra) pode ser obtida das taxas dessas duas moedas em relação a uma terceira moeda (o dólar). A taxa resultante é denominada <taxa cruzada de câmbio>. (CARBAUGH, 2004, p. 399)

➤ taxa flexível – *crawling peg*

A **taxa variável**, como o próprio nome diz, é aquela que é mutável. Pode ser flexível ou flutuante:

- é <**flexível**> quando os reajustes são pequenos e feitos em intervalos também pequenos. Normalmente, as alterações das taxas levam em conta a inflação do país menos a inflação externa. Esse sistema de <**taxa flexível**> é usado para evitar o impacto que uma má desvalorização possa trazer para a economia do país. Internacionalmente, a <**taxa flexível**> é conhecida pelo nome de <*crawling peg*>. (MAIA, 2006, p. 316)

➤ transferências unilaterais – transferências não-retribuídas – transferências gratuitas – *unrequited transfers*

2 <TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS>

Essa rubrica registra operações que não criam, em contrapartida, obrigações, isso é, o país que recebe a moeda não precisa dar nada de volta, o que não ocorre com a importação e a exportação. Assim, donativos, remessas para manutenção de residentes no país, reparações de guerra, auxílio a instituições beneficentes ou religiosas são considerados <transferências unilaterais>.

O Prof. Sebastião Garcia Freitas denomina-as <**gratuitas**>, sendo que algumas são gratuitas e também compulsórias. É o caso das remessas relativas a reparações de guerra.

O FMI classifica essas operações como <*unrequited transfers*>, ou seja, <**transferências não retribuídas**>. As ajudas dos países do Primeiro Mundo para os do Terceiro Mundo são registradas nessa rubrica. (MAIA, 2006, p. 68)

6.8 Quase-Sinonímia entre Termo Sintagmático Vernáculo e Termo Acronímico Estrangeiro

➤ Acordo de Livre Comércio da América do Norte – *Nafta*

- Área de livre comércio: *os membros eliminam as tarifas entre si, mas mantêm suas tarifas originais em relação ao resto do mundo. O <NAFTA>, ou <Acordo de Livre Comércio da América do Norte> (Estados Unidos, México e Canadá) é um exemplo. (CAVES, FRANKEL e JONES, 2001, p. 250)*

➤ Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio — *Gatt*

General Agreement on Tariffs and Trade (<Gatt> – <Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio>): documento assinado por 23 países, em 1947, com o objetivo de reduzir as **barreiras comerciais** entre eles, aumentar sua interdependência e, com isso, diminuir os riscos de um novo conflito mundial; com o tempo, muitos outros países aderiram ao Acordo que, até a criação da **OMC**, era a instância de negociação sobre questões comerciais. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 306)

➤ Agência Multilateral de Garantia ao Investimento – *Miga*

Inicialmente havia apenas o **Bird** (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento). Com o correr dos anos foram criados outros organismos, subordinados ao Bird, formando o **Grupo Banco Mundial**. Ei-los:

[...]

- <Agência Multilateral de Garantia ao Investimento> (<Miga>). A <Miga> foi criada em 1988 e, em 2005, tinha 159 membros, tem como objetivo atrair investimentos diretos para os países em desenvolvimento, fornecendo garantias aos investidores estrangeiros contra riscos não comerciais (riscos políticos). (MAIA, 2006, p. 140)

➤ Banco para Ajustes Internacionais – *BIS*

Nosso Banco Central, em suas publicações, traduz o nome do <BIS> como **Banco de Compensações Internacionais**. Entretanto, outros o traduzem como "Banco de Pagamentos Internacionais" ou "Banco para Ajustes Internacionais". (MAIA, 2006, p. 131)

➤ Centro Internacional para Solução de Disputas sobre Investimentos – *Icsid*

Inicialmente havia apenas o **Bird** (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento). Com o correr dos anos foram criados outros organismos, subordinados ao Bird, formando o **Grupo Banco Mundial**. Ei-los:

[...]

- <Centro Internacional para Solução de Disputas sobre Investimentos> (Icsid). O Icsid foi criado em 1966 e, em 2005, tinha 134 membros. O objetivo, como diz o próprio nome, é conciliar e arbitrar controvérsias existentes entre investidores estrangeiros e o país receptor desses investimentos. (MAIA, 2006, p. 140)

➤ Fórum Econômico Mundial – *WEF*

4 <WEF> (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL)

O <WEF> (com sede em Davos, na Suíça), também fez pesquisa semelhante ao IMD. Chegou a alguns resultados um pouco diferentes. Essa diferença ocorre porque o trabalho do <WEF> "*está mais em sintonia com o pensamento de grandes empresários e estratégias de multinacionais para seus futuros investimentos*". O trecho entre aspas são palavras do próprio relatório dessa instituição. (MAIA, 2006, p. 103)

➤ Instituto Internacional para Desenvolvimento Administrativo – *IMD*

<IMD> (INSTITUTO INTERNACIONAL PARA DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO)

O <IMD> (*International Institute for Management Development*), com sede em Lausanne, na Suíça publica periodicamente relatórios sobre a competitividade. Ele a define como a capacidade de um país produzir, proporcionalmente, mais riquezas que seus competidores nos mercados mundiais. (MAIA, 2006, p. 102)

6.9 Quase-Sinonímia entre Termo Acronímico Vernáculo e Termo Acronímico Estrangeiro

➤ BAI – BIS

12.4 Banco para Ajustes Internacionais (<BAI>)

O Banco para Ajustes Internacionais (*Bank for International Settlements*) é uma instituição financeira regional, fundada em 17 de maio de 1930, com sede em Basileia, Suíça. É também conhecido como Banco de Compensações Internacionais. Muitos o consideram uma espécie de "banco central dos bancos centrais". (MAIA, 2006, p. 281)

5.2 Bank for International Settlements (<BIS>)

[...]

Em 20 de janeiro de 1930, foi fundado o <BIS>, com sede em Basileia, Suíça. Em 2004, eram associados do <BIS> 54 bancos centrais dos principais países do mundo, mais o Banco Central Europeu. Os ativos do <BIS> somavam, em 31 de março de 2004, 167,9 DES (Relatório do Banco Central do Brasil de 2004). (MAIA, 2006, p. 131)

➤ DES – SDR

2 <Direitos Especiais de Saques> (DES)

Os DES, conhecidos internacionalmente por <SDR> (*Special Drawing Rights*), foram idealizados em 1967. Entretanto, somente em 1969 foi formalizada a criação dos DES e, finalmente, em 1970 teve início a primeira distribuição desses direitos. (MAIA, 2006, p. 151)

6.10 Quase-Sinonímia entre Termo Simples Estrangeiro e Termo Sintagmático Estrangeiro

➤ *trading – trading company*

Dos canais de distribuição participantes na exportação, a <trading company> se sobressai como um dos mais importantes, uma vez que a venda feita pelo

fabricante/ produtor apesar de ter o tratamento fiscal idêntico àquela feita ao interveniente, traz a característica de ser conduzida como empresa de porte médio para grande, deixando transparecer um fator adicional de segurança no negócio.

Este tipo de empresa possui certas características peculiares que lhes são atribuídas pelo Decreto-Lei no. 1.248/ 72, que a intitula de "<Empresa Comercial Exportadora>". (GARCIA, 2001, p. 37).

No início da década de 1970 foi fundada a Cobec. Era praticamente a primeira <trading>. Com não tínhamos ainda experiência nesse campo, foi convidado um operador de commodities da Bolsa de Chicago para fazer algumas palestras. (MAIA, 2006, p. 34)

6.11 Quase-Sinonímia entre Termos Sintagmáticos Estrangeiros

➤ *bid letter of credit – bid bond*

Consideremos que uma firma brasileira de engenharia resolva participar de uma concorrência pública para construção de uma usina elétrica no Equador. Ao submeter sua proposta, ela poderá ser solicitada, também, em conformidade com as exigências da concorrência, a apresentar uma <bid letter of credit> (também conhecida por <bid bond>). Se sua proposta for aceita e o contrato assinado, a carta de crédito será automaticamente considerada cancelada. O mesmo ocorrerá se a proposta não for aceita. No caso, porém, de aceitação da proposta e se houver recusa por parte da firma brasileira em assinar o contrato, o beneficiário da carta de crédito apresentará o documento ao banco pagador e receberá o pagamento nele estipulado. É uma maneira de compensar os organizadores da concorrência pelo trabalho que tiveram de publicar editais, examinar documentos, selecionar propostas, etc. (RATTI, 2001, 111)

➤ *clean draft – clean collection*

Poderá ocorrer, ainda, que o exportador remeta a documentação de embarque (fatura, conhecimento de embarque, apólice de seguro etc.) diretamente ao importador, enviando em cobrança apenas um saque, com vencimento à vista. Essa modalidade de cobrança é conhecida como **saque limpo** ou **cobrança limpa**. Internacionalmente é denominada <clean draft> ou <clean collection>. (RATTI, 2001, p. 87)

➤ *depository receipts – American Depository Receipts*

Os investimentos em ações, quando negociados no país, são feitos pelas Bolsas de Valores Brasileiras. As ações negociadas no exterior são representadas pelas DR (<Depository Receipts>) ou ADR (<American Depository Receipts>). (MAIA, 2006, p. 84)

➤ *performance letter of credit – performance bond*

Suponhamos, agora, que a firma brasileira tenha sido escolhida e tenha o contrato sido assinado. A fim de garantir que o serviço seja executado a contento, os

organizadores da concorrência poderão solicitar, também, uma *<performance letter of credit>* (também conhecida por *<performance bond>*). Se a firma brasileira desistir da execução do projeto após a assinatura do contrato, ou executá-lo de maneira insatisfatória, o beneficiário terá o direito de exigir o pagamento da carta de crédito. (RATTI, 2001, p. 112)

➤ *refundment letter of credit – refundment bond – repayment guarantee – advance payment guarantee*

4.5.6 *<Refundment Letter of Credit>*

É também conhecida por *<refundment bond>*, *<repayment guarantee>* ou *<advance payment guarantee>*.

Vem a ser uma garantia de reembolso ou garantia de restituição de pagamento. (RATTI, 2001, p. 112)

6.12 Quase-Sinonímia entre Termo Sintagmático Estrangeiro e Termo Acronímico Estrangeiro

➤ *American Depositary – Receipts ADR*

Os investimentos em ações, quando negociados no país, são feitos pelas Bolsas de Valores Brasileiras. As ações negociadas no exterior são representadas pelas DR (*Depositary Receipts*) ou *<ADR>* (*<American Depositary Receipts>*). (MAIA, 2006, p. 84)

➤ *Bank for International Settlements – BIS*

As grandes potências lutavam pelo controle da matéria-prima originária da África e da Ásia. Por isso, houve disputas muito grandes por áreas coloniais. Quando terminou esse conflito, havia necessidade de reconstrução e restabelecimento da produção. Entretanto, havia desemprego e miséria. A Grande Crise de 1929 também foi consequência dessa guerra.

Por isso, muitos países mudaram o sistema monetário e foi criado o *<Bank for International Settlements>* (*<BIS>*). No item 5.2 deste capítulo, falamos sobre o BIS. (MAIA, 2006, p. 130)

➤ *business to business – B2B*

A comercialização de produtos entre empresas, pela internet, é conhecida internacionalmente por *<B2B>* (*<business to business>*). (MAIA, 2006, p. 24)

➤ *carriage and insurance paid to – CIP*

<CIP> - *<Carriage and Insurance Paid to>*... (Transporte e Seguro Pagos até...)

A entrega da mercadoria ao importador se dá no estabelecimento do transportador, que promoverá sua vinda ao País, sendo o transporte e o seguro contratados pelo vendedor. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 48)

➤ *carriage paid to – CPT*

<CPT> - <*Carriage Paid to*>... (Transporte Pago até...)

O importador recebe a mercadoria no transportador, contratado pelo vendedor estrangeiro, que promoverá a vinda da mercadoria para o País. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 47)

➤ *commercial papers – CP*

11.2. <*Commercial Papers*> (<CP>)

É um título, ao portador, emitido pelo devedor, sem financiamento obrigatório pelos bancos. Portanto, evita o levantamento de empréstimos bancários.[...]

Os CP são títulos que têm por garantia exclusivamente a idoneidade da empresa emissora. (MAIA, 2006, p. 266)

➤ *Compensatory Financing Facility – CFF*

<*Compensatory Financing Facility*> (<CFF>): para países que tiveram perdas inesperadas de exportações ou para países que tiveram dificuldades cambiais devido a aumento também inesperado nos preços de importação de commodities. (MAIA, 2006, p. 147)

➤ *cost and freight – CFR*

<CFR> - <*Cost and Freight*> (Custo e Frete)

A entrega da mercadoria ocorre a bordo do navio ou embarcação (cruzar a aurada), contratado pelo vendedor, no porto de embarque. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 47)

➤ *cost, insurance and freight – CIF*

<CIF> - <*Cost, Insurance and Freight*> (Custo, Seguro e Frete)

A entrega da mercadoria ao importador ocorre a bordo do navio ou embarcação (cruzar a amurada), no porto de embarque, sendo o transporte e o seguro contratados pelo vendedor. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 48)

➤ *delivered at frontier – DAF*

<DAF> - <*Delivered at Frontier*> (Entregue na Fronteira)

A entrega da mercadoria ao importador ocorre na fronteira comercial – normalmente, fronteira aduaneira – adotada pelas partes. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 48)

➤ *delivered duty paid – DDP*

<DDP> - <Delivered Duty Paid> (Entregue Direitos Pagos)

A entrega da mercadoria ao importador, com os direitos de entrada já pagos ocorre em ponto designado do território brasileiro. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 50)

➤ *delivered duty unpaid – DDU*

DDU - <Delivered Duty Unpaid> (Entregue Direitos Não-Pagos)

O importador recebe a mercadoria em determinado ponto do território brasileiro ajustado com o vendedor. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 49)

➤ *delivered ex quay – DEQ*

<DEQ> - <Delivered Ex Quay> (Entregue a Partir do Cais)

A entrega da mercadoria ao importador ocorre no porto de descarga, no cais. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 49)

➤ *delivered ex ship – DES*

<DES> - <Delivered Ex Ship> (Entregue a Partir do Navio)

A entrega da mercadoria ao importador ocorre no porto de descarga, a bordo do navio. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 49)

➤ *depository receipts – DR*

Os investimentos em ações, quando negociados no país, são feitos pelas Bolsas de Valores Brasileiras. As ações negociadas no exterior são representadas pelas <DR> (<Depository Receipts>) ou ADR (*American Depository Receipts*). (MAIA, 2006, p. 84)

➤ *ex works – EXW*

<EXW> - <Ex Works> (A Partir do Local de Produção)

A entrega da mercadoria ao importador ocorre no estabelecimento do vendedor, sendo de responsabilidade do importador todas as despesas de retirada da mercadoria deste local. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 46)

➤ *Extended Fund Facility – EFF*

<Extended Fund Facility> (EFF): normalmente, o país solicitante obtém empréstimos de até 300% do valor de sua quota. Entretanto, há casos que ultrapassam essa limitação; durante a crise asiática, o FMI emprestou à Coreia do Sul cerca de 2.000% da quota daquele país. Os saques exigem cumprimento de metas semestrais. (MAIA, 2006, p. 148)

➤ *Federal Reserve – FED*

Nas ocasiões e, que o <Federal Reserve> intervém, ele habitual e imediatamente esteriliza, segundo o procedimento descrito acima, a sua intervenção. Os outros bancos centrais não costumam esterilizar as intervenções tão completamente quanto faz o <FED>. (CAVES, FRANKEL e JONES, 2001, p. 592)

➤ *free alongside ship – FAS*

<FAS> - <Free Alongside Ship> (**Livre no Costado do Navio**)

A entrega da mercadoria ao importador se dá no costado no navio ou embarcação, no porto de embarque, ficando a cargo do importador as despesas subsequentes. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 46)

➤ *free carrier – FCA*

FCA - <Free Carrier> (Transportador Livre)

O importador recebe a mercadoria quando a mesma é colocada sob a custódia do transportador por ele contratado, no local indicado. (BIZELLI e BARBOSA, 2001, p. 47)

➤ *free on board – FOB*

<Free on Board> (<FOB>): contrato de exportação em que todas as despesas e os riscos por perdas e danos, até a colocação da mercadoria a bordo do navio indicado pelo comprador, no porto de embarque, correm por conta do vendedor. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 306)

➤ *General Agreement on Tariffs and Trade – Gatt*

<General Agreement on Tariffs and Trade> (**Gatt**) - **Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio**): documento assinado por 23 países, em 1947, com o objetivo de reduzir as **barreiras comerciais** entre eles, aumentar sua interdependência e, com isso, diminuir os riscos de um novo conflito mundial; com o tempo, muitos outros países aderiram ao Acordo que, até a criação da **OMC**, era a instância de negociação sobre questões comerciais. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 306)

➤ *International Commercial Terms – Incoterms*

Essas normas foram consolidadas em dois conjuntos, que receberam, respectivamente, as denominações "Definições Americanas Revisadas para o Comércio Exterior, 1941" (*Revised American Foreign Trade Definitions, 1941*) e <Incoterms> (<International Commercial Terms>). (RATTI, 2001, p. 383)

➤ *New Agreement to Borrow – NAB*

<New Agreement to Borrow> (**NAB**): por meio desse fundo, o FMI socorre um país

quando as dificuldades econômicas dele põem em risco o sistema financeiro internacional. (MAIA, 2006, p. 148)

➤ *note issuance facilities – NIFs*

3.2.2 <Note Issuance Facilities> – <NIFs>

As <Notes Issuance Facilities> – <NIFs> – são papéis de curto/ médio prazos emitidos pelo próprio tomador mas com a subscrição do intermediário financeiro que se compromete a comprar a diferença (caso haja) entre o total emitido e total colocado e/ ou conceder um crédito equivalente a esta diferença. Na verdade, a base das <NIFs> é a garantia (facilidade) de captação do total do valor emitido. (LIMA, 1997, p. 69)

➤ *Supplemental Reserve Facility – SRF*

Outras linhas de crédito: o FMI tem criado diversas linhas de crédito, tais como: [...] <Supplemental Reserve Facility> (SRF): foi instituído em dezembro de 1997 exclusivamente para administrar crises de curto prazo. (MAIA, 2006, p. 148)

6.13 Quase-Sinonímia entre Termos Acronímicos Estrangeiros

➤ *DR – ADR*

Os investimentos em ações, quando negociados no país, são feitos pelas Bolsas de Valores Brasileiras. As ações negociadas no exterior são representadas pelas <DR> (Depository Receipts) ou <ADR> (American Depository Receipts). (MAIA, 2006, p. 84)

Por fim, convém citar que encontramos alguns casos duvidosos, em que termos eram apresentados como sinônimos apenas em uma obra, sendo que outros autores mencionavam diferenças entre os conceitos designados pelos termos. É o caso de *mercado a termo* e *mercado futuro*, apontados como sinônimos por Carvalho e Silva (2007) e diferenciados por Caves et al. (2001) e Lima (1997), como vemos abaixo:

Há, todavia, outra possibilidade, o importador poderia comprar US\$ 100.000 para entrega em 28 de dezembro, no mercado de câmbio a termo, em uma operação conhecida como *hedge*, que consiste em assumir o compromisso de comprar ou vender certa mercadoria, numa data futura predeterminada, a um preço previamente definido. Na prática, as operações de *hedge* objetivam proteger o importador do risco cambial. Em nosso exemplo, a mercadoria é uma divisa, o dólar. A taxa de câmbio usada numa operação futura como essa é determinada no mercado a termo, ou mercado futuro, que funciona exatamente como o mercado de câmbio à vista: de um lado estão os compradores que precisam das divisas numa data futura e, de

outro, os vendedores de divisas, que podem entregá-las nessa mesma data. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 186)

Mercado de câmbio a termo é aquele em que os agentes compram e vendem divisas para pagamento e entrega numa data futura. Também conhecido como <mercado futuro>, serve para reduzir os riscos cambiais associados a transações internacionais. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 200)

Além do mercado de câmbio a termo, há também um dinâmico mercado de câmbio futuro. Como um contrato a termo, um contrato futuro é um compromisso para comprar moeda estrangeira no futuro. Uma diferença é que na compra de um contrato futuro um depósito deve ser feito. Então, a cada dia, o contrato é "comparado ao mercado". Isto significa que, por exemplo, se a taxa de mercado flutuar na direção errada, o investidor recebe uma chamada de margem exigindo o pagamento de qualquer perda. Um contrato a termo, ao contrário, não precisa ser ajustado até o seu vencimento. (CAVES, FRANKEL e JONES, 2001, p. 446)

Nas Bolsas de Futuros (BF), são estabelecidos compromissos de se realizar uma determinada transação numa data futura, diferenciando-se dos mercados a termo (*forward markets*) pela possibilidade de reverter posições assumidas e pela padronização contratual. (LIMA, 1997, p. 72)

O mesmo ocorre com os termos *câmbio flexível* e *câmbio flutuante*. Carvalho e Silva (2007) apontam como sinônimos, enquanto que Maia (2006) indica uma diferença entre *taxa flexível* e *taxa flutuante*, conforme ilustrado nos contextos a seguir:

Câmbio flexível (ou flutuante): **regime cambial** no qual o Banco Central permite que o mercado estabeleça o preço da moeda estrangeira. (CARVALHO e SILVA, 2007, p. 301)

A **taxa variável**, como o próprio nome diz, é aquela que é mutável. Pode ser flexível ou flutuante:

- é **flexível** quando os reajustes são pequenos e feitos em intervalos também pequenos. Normalmente, as alterações das taxas levam em conta a inflação do país menos a inflação externa. Esse sistema de taxa flexível é usado para evitar o impacto que uma maxidesvalorização possa trazer para a economia do país. Internacionalmente, a <taxa flexível> é conhecida pelo nome de *crawling peg*;

- é flutuante quando oscila livremente para cima ou para baixo, obedecendo às tendências do mercado cambial. O Brasil, em janeiro de 1999, adotou o sistema de taxas flutuantes para o mercado livre (conhecido como dólar comercial) e mercado flutuante (conhecido como dólar turismo). Outro exemplo de taxa flutuante é a do mercado paralelo de câmbio. (MAIA, 2006, p. 316)

Nestes casos, além de verificar glossários e dicionários – Alves (2001), Biderman (2006), Sandroni (1999) e Houaiss (2001) – recorreremos também à colega especialista Professora Maria do Socorro Souza e preferimos então não considerar os termos como sinônimos, ou quase-sinônimos, visto que, apesar de semelhantes, seus conceitos englobam aspectos diferentes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho centrou-se no estudo da terminologia relativa à área da Economia Internacional, mais precisamente, na análise de sua constituição morfológica. Dessa forma, nos ocupamos do estudo dos processos de formação dos termos.

Conforme pudemos perceber, num domínio especializado, o falante utiliza os mesmos recursos oferecidos pelo sistema para nomear a realidade, ou seja, as formações de termos nas línguas de especialidade seguem os mesmos processos de formação que presidem à criação de unidades lexicais da língua geral, não-especializadas.

No entanto, alguns processos, como a formação acronímica e as formações sintagmáticas, são bastante frequentes nos textos das áreas de especialidade. De fato, nossas pesquisas têm demonstrado que o processo de formação mais produtivo em Economia Internacional é a composição sintagmática, destacando-se em 61, 76% do total de 510 termos de nossa pesquisa, uma quantia bastante significativa.

Como sabemos, esse tipo de criação de termos, condicionado pela perspectiva onomasiológica da formação – que ocorre nos casos em que o cientista passa da criação do conceito à criação do termo – determina formações em que a um termo genérico segue-se uma expansão, frequentemente de caráter adjetival ou preposicional. Realmente, mais de 45% dos termos sintagmáticos constantes em nosso *corpus* compõem-se de um substantivo seguido de adjetivo e, aproximadamente 14% são formados por substantivo e sintagma preposicionado.

Entretanto, de acordo com nosso inventário de formações, observa-se que alguns termos sintagmáticos na área de Economia apresentam complexidade maior do que a simples fórmula “determinado + determinando” ou “s + adj” / “s + SP”. Devido a esta complexidade, alguns tipos de formações poderiam até causar dúvidas quanto à sua delimitação e, conseqüentemente, quanto à sua legitimidade como termo. Em vista disso, cabe ressaltar a importância de critérios de reconhecimento, tais como os enumerados por Aubert (1996): recursos gráficos (aspas, sublinhados, negritos, itálicos, etc.), frequência estatística, características morfossintáticas e estratégias discursivas (como “entende-se por XX o processo pelo qual...”), etc.

Assim, do ponto de vista da formação, os termos de nossa pesquisa são, na sua maioria, sintagmas nominais que classificamos como substantivos, uma vez que eles se cristalizaram encerrando-se em um único conceito.

Além disso, vimos também que alguns sintagmas são formados por elementos estrangeiros, formando unidades terminológicas complexas híbridas, como *drawback interno* e *deficit estrutural*; o que também evidencia a influência de empréstimos e estrangeirismos na área e representa a integração do item lexical à língua receptora. Além disso, muitas vezes, como afirma Kocourek, os empréstimos são usados pela falta de denominação adequada no léxico da língua portuguesa, que possa substituir o termo estrangeiro com eficácia, como é o caso de *drawback*.

Com efeito, verificamos que os empréstimos e estrangeirismos são representativos em nosso *corpus*, respondendo por 24,32% da formação dos termos. Constatamos a predominância de anglicismos, o que pode ser explicado como um reflexo do poderio político, econômico, militar e cultural dos Estados Unidos e como consequência da influência norte-americana no contexto econômico mundial e da crescente consolidação do inglês como língua global.

Ademais, observamos também que, em nosso *corpus*, muitas vezes, os estrangeirismos são co-ocorrentes com termos de origem vernácula, criando uma relação sinonímica entre estrangeirismos e termos vernáculos.

Efetivamente, em nosso *corpus* de Economia Internacional, verificamos a recorrente presença de diferentes denominações para um mesmo conceito, não apenas entre termos vernáculos e termos de origem estrangeira. Com isso, comprovamos a existência da sinonímia no léxico especializado, o que era negado pelos adeptos da Terminologia tradicional.

Além disso, como vimos, alguns termos refletem variações de caráter discursivo, em que unidades características de situações mais formais (*capital de risco a curto prazo*, *clean draft*, *drawback interno*) estabelecem uma relação sinonímica com termos menos formais (dinheiro quente, saque careca, *drawback* verde e amarelo). Portanto, optamos por falar em quase-sinonímia, uma vez que, como afirma Araújo (2006, p. 109) “a opção por um dos sinônimos traz consigo a ênfase, o destaque ou a seleção de alguma das características do conceito”.

Ademais, podemos dizer também que a sinonímia, algumas vezes, é decorrente da tradução do termo original em inglês, como em *taxa nominal de câmbio* e *taxa de câmbio nominal* ou *taxa real de câmbio* e *taxa de câmbio real*.

Dessa forma, comprovamos também que a presença da variação denominativa (sinonímia) é incontestável na subárea estudada e esperamos, assim, ter demonstrado que as palavras de âmbito especializado funcionam como as demais palavras do léxico da língua. Como afirma Finatto:

As melhores perspectivas para uma comunicação especializada de melhor qualidade, em qualquer área do conhecimento, constroem-se também a partir do reconhecimento da naturalidade e inerência da variação terminológica como um tipo de variação lingüística. (FINATTO, 1996, p.67).

Concluindo, podemos dizer que, com base no que foi apresentado, esperamos ter alcançado nosso objetivo de estudar os processos de formação dos termos e vislumbrar a presença de relações sinonímicas entre eles. É importante ressaltar que, de nenhuma forma, este trabalho teve o objetivo de ser exaustivo, esgotando-se em si mesmo.

8 REFERÊNCIAS

8.1 Teorias Linguísticas

ALMEIDA, G. M. B. Os anglicismos e as linguagens de especialidade no português do Brasil. *Debate Terminológico*, RITerm, Paris, n. 2, pp. 1-12, 2006. Disponível em: <http://www.riterm.net/revista/n_2/barcellos_almeida.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2008.

ALVES, I. M. *Neologismo: criação lexical*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____. Empréstimos nas línguas de especialidade: algumas considerações. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 3, pp. 319-321, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/491/446>>. Acesso em 02 de novembro de 2008.

_____. Integração dos estrangeirismos à língua portuguesa. In: *I Simelp*, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/eventos/simelp/new/pdf/slp24/02.pdf>>. Acesso em 02 de novembro de 2008.

ARAÚJO, M. *A elaboração de um dicionário terminológico da Economia: aspectos da sinonímia nos discursos especializados*. 2006. 136 p. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP.

AUBERT, F. H. *Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngüe*. São Paulo: Humanitas, 1996.

BASÍLIO, M. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática, 2005.

_____. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

BARBOSA, H. G. *Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta*. São Paulo: Pontes, 1990.

BARBOSA, M. A. *Léxico, produção e criatividade*. São Paulo: Plêiade, 1996.

_____. Relações de Significação nas Unidades Lexicais. In: I ENCONTRO NACIONAL DO GT DE LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E TERMINOLOGIA DA ANPOLL, 1., 1997, Rio de Janeiro. *Anais do I Encontro Nacional do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL*. Rio de Janeiro: 1997, pp. 19-40.

BARROS, L. A. *Curso básico de Terminología*. São Paulo: Edusp, 2004.

BIDERMAN, M. T. *Teoria Lingüística*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BOUTIN-QUESNEL, R. et al. *Vocabulaire systématique de la terminologie*. Québec: Cahiers de l' Office de la Langue Française, 1985.

CABRÉ, M. T. *La Terminología. Teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Ed. Antártica/ Empúries, 1993.

_____. *La terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona: IULA/ Pompeu Fabra, 1999.

CARVALHO, N. M. *Empréstimos lingüísticos*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Terminologia do turismo no português do Brasil: pesquisa dos usos terminológicos do turismo na cidade do Recife. In: ALVES, I. M.; ISQUERDO, A. N. (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. III. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007.

CORREA, M. Terminologia, neologia e normalização: como tratar os empréstimos neológicos. *Terminómetro*, número especial: A terminologia em Portugal e países de língua portuguesa em África, pp. 15-20, 2005. Disponível em: <<http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2005-mcorreia-terminometro1.pdf>>. Acesso em 02 de novembro de 2008.

FAULSTICH, E. Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista. *TradTerm*, São Paulo, n. 7, pp. 11-40, 2001.

_____. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 3, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/486/441>>. Acesso em 10 de janeiro de 2009.

FELBER, H. *Manuel de Terminologie*. Paris: Unesco/ Infoterm, 1987.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio Século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. CD-ROM, Versão 3.0.

FINATTO, M. J. B. Unidade e variação na língua portuguesa: a variação em Terminologia. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, n.15, pp.64-68, 1996.

GAUDIN, F. *Pour une socioterminologie. Des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles*. Rouen: Publications de l'Université de Rouen, 1993.

GUILBERT, M. L. Théorie du Néologisme. *Cahiers de l'Association International des Études Françaises*, Paris, n. 25, pp. 9-29, 1972.

_____. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.

GECKELER, H. *Semântica estructural y teoría del campo léxico*. Madrid: Gredos, 1984.

GREIMAS, A. J. e COURTÈS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, s/d.

HAENSCH, G. et al. *La Lexicografía - de la Lingüística teórica a la Lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.

HENRIQUES, A. e DAMIÃO, R. T. *Curso de Português Jurídico*. São Paulo: Atlas, 2000.

HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva: 2001. CD-ROM, Versão 1.0.

KEHDI, V. *Formação de Palavras em Português*. São Paulo: Ática, 1999.

KOCOUREK, R. *La langue française de la technique et de la science*. Wiesbaden: Brandstetter, 1991.

KRIEGER, M. G. e FINATTO, M. J. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

LYONS, J. *Semântica Lingüística: uma introducción*. Barcelona: Paidós, 1997.

_____. *Introdução à Lingüística Teórica*. São Paulo: Edusp/ Ed. Nacional, 1979.

O PAVEL: *Curso Interativo de Terminologia*. Ministério de obras públicas e serviços governamentais do Canadá. Disponível em: < http://www.btb.termiumplus.gc.ca/didacticiel_tutorial/portugues/lecon1/indexe_p.html > . Acesso em 27 de maio de 2018.

PAVEL, S. e NOLET, D. *Manual de Terminologia*. Tradução de Enilde Faulstich. Quebec: Ministério de obras públicas e serviços governamentais do Canadá, 2002.

REY, A. *Essays on Terminology*. Amsterdam: John Benjamins, 1994.

RODRIGUES, V. T. e BARROS, L. A. Aspectos da Sinonímia no Domínio da Dermatologia. *Revista Brasileira de Lingüística*, São Paulo, v. 13, n. 1, 2005.

TEMMERMAN, R. *Towards new ways of terminology description: the sociocognitive-approach*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2000.

ULLMANN, S. *Semântica: introducción a la ciência del significado*. Madrid: Aguilar, 1965.

WÜSTER, E. *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. Tradução de Anne-Cécile Nokerman. Barcelona: IULA, 1998.

YEBRA, G. V. El Neologismo. *Tradução e Comunicação - Revista Brasileira de Tradutores*, São Paulo, n. 7, pp. 21-34, 1985.

8.2 Obras Especializadas

ALVES, I. M. *Glossário de Termos Neológicos da Economia*. São Paulo: Humanitas, 2001.

BIDERMAN, M. T. *Dicionário de Termos Financeiros e Bancários*. São Paulo: Disal, 2006.

BIZELLI, J. S. e BARBOSA, R. *Noções básicas de importação*. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

CARBAUGH, R. *Economia Internacional*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CARVALHO, M. A. e SILVA, C. R. L. *Economia Internacional*. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

CAVES, R. E.; FRANKEL J. A. e JONES, R.W. *Economia Internacional: Comércio e Transações Globais*. São Paulo: Saraiva, 2001.

GARCIA, L. M. *Exportar: rotinas e procedimentos, incentivo e formação de preços*. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

LIMA, M. L. *Instabilidade e Criatividade nos Mercados Financeiros Internacionais: Condições de Inserção dos Países do Grupo da América Latina*. São Paulo: Bial, 1997.

MAIA, J. M. *Economia internacional e comércio exterior*. São Paulo: Atlas, 2006.

RATTI, B. *Comércio internacional e câmbio*. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

SANDRONI, P. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

VAZQUEZ, J. L. *Comércio exterior brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2001.